



Câmara Municipal de Jaguariúna

SECRETARIA

Processo Nº 043 Exercício de: 2016

ASSUNTO: Processo CM nº 043 de 2016. Dispõe sobre a avaliação das Metas Fixas da Prefeitura Municipal de Jaguariúna - 1º Quadrimestre 2016.

Nome: Poder Regulativo Municipal - CPOFC.

AUTUAÇÃO

CONCLUÍDO EM

08/05/2016

SECRETARIA

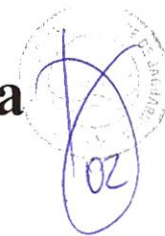
Aos 04 dias do mês maio de 20 16, nesta cidade de Jaguariúna, na Secretaria da Câmara Municipal, autuo o processo acima referido como adiante se vê. Do que para constar, faço este termo.

Eu, _____, Secretário, a subscrevi



Prefeitura do Município de Jaguariúna

Secretaria de Administração e Finanças



Jaguariúna, 03 de Maio de 2016.

A Sua Excelência Senhor
Presidente Adilson José Abruhez
Câmara dos Vereadores - Jaguariúna – SP


Assunto: **Audiência Metas Fiscais - 1º Quadrimestre/2016**

Senhor Presidente,

Em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal por intermédio deste, solicitamos a Vossa Senhoria o agendamento da Audiência de Metas Fiscais do 1º quadrimestre do exercício de 2016.

Atenciosamente,


Wagner Ferreira de Brito
Diretor Depto. Adm.
e Financeiro

PROTOCOLO	
1º de Ordem	389
Folha Nº 190	Livro Nº 33
03/05/16	
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna, 4 de maio de 2016

Ofício nº 214/2016.-PRE

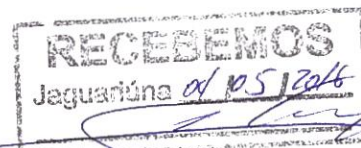
Senhor Presidente,

Passamos às mãos de Vossa Excelência para análise desta Comissão, carta do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Administração e Finanças, que solicita convocação de Audiência Pública para **avaliação do cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre/2016**, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000.

Atenciosamente,


VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Ao Senhor
Vereador Luiz Carlos de Campos
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade
Jaguariúna – S.P.





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

04

Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 4 de maio de 2016

Ao Senhor
Vereador Adilson José Abracez
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos de Vossa Excelência, a convocação de Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2016, em cumprimento ao disposto ao Art. 9º, § 4º da LC 101/2000, se possível na data de **25 de maio corrente (quarta-feira), às 19h00**, nesta **Casa de Leis**.

Atenciosamente,


VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO

Nº de Ordem 390

Fla Nº 190 Livro Nº 033

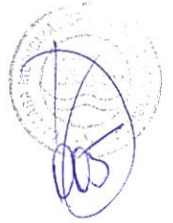
04/05/2016

SECRETARIA
Rua Alfredo Bueno, 189 – Centro – Telefones (19) 3847-4336
EMAIL – cmj@camarajaguariuna.sp.gov.br



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016 **DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2016.-**

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2016, a ocorrer no dia **25 de maio de 2016 (quarta-feira)**, às **19h00**, na **Sala das Sessões desta Câmara Municipal** para:

- **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.**

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 4 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente



Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral



06 de Maio de 2016

IMPrensa Oficial do Município de Jaguariúna

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE JAGUARIÚNA

Acha-se aberto na Câmara Municipal de Jaguariúna, Pregão Presencial Nº: 03/2016, TIPO: MENOR PREÇO, PROCESSO ADM: Nº: 348/2016.

AUTORIZAÇÃO: PRESIDENTE DA CÂMARA – VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Regência: Lei 10.520/02, 8.666/93 também pelas Leis Complementares 123/06 e 147/14, Resolução desta Câmara Municipal nº 166/2013 e alterações posteriores.

1. – Para recebimento dos envelopes DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO, fica determinado o dia 19 de MAIO de 2016, até as 9h30m, no Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, rua Alfredo Bueno, 1189 – Centro – Jaguariúna/SP – CEP: 13820-000.
- 2 – OBJETO – Contrato para aquisição de combustível com fornecimento contínuo e fracionado, conforme demanda, para suprir as necessidades da frota de veículos da Câmara Municipal de Jaguariúna/SP, por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.
- 3 – Os interessados poderão extrair edital na íntegra a partir do dia 29/04/2016, através do site: www.camarajaguariuna.sp.gov.br, ou pessoalmente na sede da Câmara, endereço acima descrito.
- 4 – Esclarecimentos, providências ou impugnações ao ato convocatório do pregão por qualquer pessoa poderá ser solicitados, por email rosangelaribeiro@camarajaguariuna.sp.gov.br ou pelo Protocolo Geral desta Casa de Leis até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Horário de atendimento das 8:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira de expediente normal, no endereço acima descrito, telefones para contato (19) 3847-4336 ou (19) 3847-4320 - Rosângela Jaguariúna, 28 de abril de 2016.

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Vereador/ Presidente

Rosângela M. S. Ribeiro
Pregoeira

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2016.-

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2016, a ocorrer no dia 25 de maio de 2016 (quarta-feira), às 19h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

▣ Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, 4 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI

publicação, revogadas as disposições em contrário.
Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 2 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no quadro de avisos da Portaria da Câmara Municipal de Jaguariúna.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 10ª Sessão Ordinária, de 03/05/2016

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

1. Do **Sr. Ângelo Roberto Torres – Negueta Torres** solicitando ao Executivo Municipal informações de quanto será feita a limpeza e poda das árvores da Praça Francisco Parisi, no bairro Capotuna;
2. Do **Sr. Luiz Carlos de Campos** solicitando ao Executivo Municipal informações se existe a previsão, neste ano, de encaminhar a este Legislativo, projeto de lei complementar instituindo novo Programa Especial de Recuperação Fiscal - REFIS Municipal;
3. Do **Sr. Luiz Carlos de Campos** solicitando à Renovias Concessionária S/A a colocação de defensas metálicas (guard rail), no dispositivo de retorno existente na altura do KM 133,5 da Rodovia Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros - SP-340, em ambos os lados, paralelas às calçadas que dão acesso aos pontos de ônibus localizados às margens da rodovia;
4. Do **Sr. Adilson José Abrucez** solicitando ao Executivo Municipal informações sobre calendário de retirada de galhos e entulhos no Núcleo Urbano Parque Ana Helena, entre outras questões;
5. Do **Sr. Romilson Nascimento** Silva solicitando ao Executivo Municipal informações sobre previsão para colocação das placas de identificação de ruas do bairro Reserva da Barra, entre outra questão;
6. Da **Sra. Rita de Cássia Sisto Bergamasco** solicitando ao Executivo Municipal informações sobre qual empresa que está fazendo o transporte de crianças autistas para o Instituto Luz, em Paulínia, entre outras questões;
7. Da **Sra. Rita de Cássia Sisto Bergamasco** solicitando ao Executivo Municipal informações quanto à reforma da UPA, se foi acionada a empresa que fez a construção, e se foi utilizado dinheiro do tesouro municipal para a reforma;
8. Da **Sra. Rita de Cássia Sisto Bergamasco** solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação averiguar a velocidade com que os ônibus estão circulando quando saem do ponto do centro e descem a rua Alfredo Bueno.

Indicações:

1. Do **Sr. Rodrigo da Silva Bianco – Magrão** solicitando ao Executivo Municipal substituição das placas com nomes das ruas do bairro Jardim Pinheiros;
2. Do **Sr. William de Souza Silva – Zidano** solicitando ao Executivo Municipal dedetizar os

6. Do **Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy** solicitando ao Executivo Municipal realizar a limpeza na parte de trás do terreno do Posto de Saúde da Roseira de Cima;

7. Do **Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy** solicitando ao Executivo Municipal limpeza e poda de todo o mato dos terrenos baldios no bairro Nova Jaguariúna, em especial na rua João Voltan;

8. Do **Sr. Alexandre da Silva Santos - Xanddy** solicitando ao Executivo Municipal fiscalização e melhor sinalização na Av. dos Ypês, em frente ao prédio que atende a USB do Bairro Roseira de Baixo e Interclínicas (com cópia para a FAJ – Faculdade de Jaguariúna).

Moções:

1. Do **Sr. Fál** passamento de ocorrido em 26 cidade;
2. Do **Sr. R** congratulações Comércio de Plc comemorado er
3. Da **Sra. Rita** congratulações Jaguariúna pek para a Vida" e d

H1N1

Higienize as mãos com água e álcool gel depois de tossir, usar o banheiro e antes de...

Evite...

Não proteja a tosse e o espirro. Utilize lenço de papel descartável.

Evite...

Se você faz parte de um grupo, tome a vacina contra a gripe.

COMUNICADO | Inter

A Prefeitura de Jaguariúna comur no fornecimento de água tratada no -feira). das 8 às 17 horas nos bairro



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Jaguariúna, 9 de maio de 2016

Ao Senhor
Fernando Pinto Catão
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Jaguariúna – S.P.

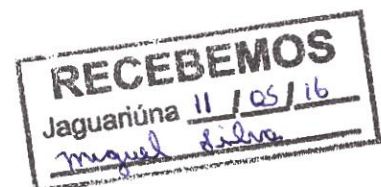
Prezado Senhor

Convidamos Vossa Senhoria para participar da Audiência Pública que ocorrerá no próximo **dia 25 de maio de 2016, quarta-feira, às 19h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade, para **Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais –1ª Quadrimestre de 2016**.

Solicitamos que sejam enviados técnicos dessa Secretaria que possam discorrer sobre as Metas Fiscais, esclarecendo-nos sobre as dúvidas que certamente surgirão.

Atenciosamente,

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

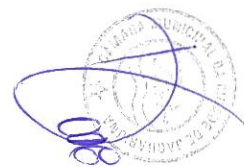
COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida para a **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para **avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2016**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia **25 de maio de 2016**, **quarta-feira**, às **19h00**, na **Sala de Sessões da Câmara Municipal**, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2016


VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade





Ao Senhor Vereador
Adilson José Abrucez
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alexandre da Silva Santos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Alfredo Chiavegato Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Ângelo Roberto Torres
Nesta

Ao Senhor Vereador
David Hilário Neto
Nesta

Ao Senhor Vereador
Fábio Augusto Pina
Nesta

Ao Senhor Vereador
Gerson Antonio
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Carlos de Campos
Nesta

Ao Senhor Vereador
Luiz Gustavo Gothardo
Nesta

À Senhora Vereadora
Rita de Cássia Siste Bergamasco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Rodrigo da Silva Blanco
Nesta

Ao Senhor Vereador
Romilson Nascimento Silva
Nesta

Ao Senhor Vereador
William de Souza Silva
Nesta

À Senhora
Olga Soriano Infante
Secretária de Assistência Social
Nesta

Ao Senhor
Fernando Silvério Husch Pereira
Secretário de Cultura e Turismo
Nesta

Ao Senhor
Dr. Agostinho E. Reis
Sec. de Segurança Pública
Nesta

Ao Senhor
Dimas Lúcio Pires
Diretor do Departamento da
Secretaria
de Desenvolvimento Econômico e
Social
Nesta

Ao Senhor
José Roberto Chiavegato
Secretário de Educação
Nesta

Ao Senhor
Fernando Pinto Catão
Secretário de Administração e
Finanças
Nesta

Ao
Departamento de Comunicação
Nesta

Ao Senhor
Irineu Gastaldo
Secretário de Gestão Ambiental
Nesta



Ao Senhor
Gustavo Durlacher
Secretário de Governo
Nesta

À
Secretaria de Esportes
Nesta

Ao Senhor
Dr. Rodrigo de Credo
Secretário dos Negócios Jurídicos
Nesta

Ao Senhor
Jair Piva
Secretário de Obras e Serviços
Nesta

Ao Senhor
Flávio Paoliello Machado de Souza
Secretário de Planejamento e
Habitação
Nesta

À Senhora
Viviane Bruno Ramalho
Secretária de Gabinete
Nesta

Ao Senhor
José Cláudio Klier Monteiro
Secretário da Saúde
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Educação
R: XV de Novembro, 563 – Santa
Cruz
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Conselho Municipal de Segurança
Pça Peru, 141, Bairro Nova Jaguari
13820-000 – Jaguariúna – SP

Ao
Cons.Mun. de Defesa do Meio
Ambiente -
Nesta

Ao
Conselho Mun.Dir.Criança e do
Adolescente
Nesta

Ao
Conselho Municipal de Saúde
Nesta

Ao
Conselho Tutelar de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
Tomaz de Aquino Pires
Coordenador da Casa da Memória
Padre Antonio Joaquim Gomes
Nesta

Ao Senhor
Dr. Marcelo Grandinetti Adelino
Delegado Titular de Jaguariúna
Nesta

Ao Senhor
1º Ten.PM Luis Gustavo Ap.
Tuckumantel
Comandante do 1º PEL/PM
Nesta

À Sua Excelência o Senhor
Tarcisio Cleto Chiavegato
Prefeito Municipal
Nesta

À
Rádio FM Estrela
Av. Marginal, 600 - Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP

À Senhora
Zaira Palermo Bodini
Representante do Centro de Prof.
Paulista
R. Cândido Bueno, 1073 – Aptº 22 -
Centro
13820-000 – Jaguariúna/SP.



Ao Senhor
Wilson Melilo
Presidente do Centro Equoterapia
de Jaguariúna
Cx Postal 62
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Edmir Bonfim
Dir. Presidente da Associação
Carisma de Educação, Cultura,
Recuperação e Integração Social
Jaguariúna
R: Pitangueira, 41- Roseira de Cima
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Gomes Pires
Pres. Grupo Escoteiro Jaguar
Rua: João Pires Germano, 121-
Jardim Alice
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Associação Amigos do Padre
Gomes
Rua Cel. Amâncio Bueno, 531-
Centro
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Laércio José Gothardo
Dir. Pres. Associação Santa Maria
de Saúde- ASAMAS -Hospital
"Walter Ferrari"
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Carlos Alberto S. Muraro
Superintendente da Associação
Santa Maria de Saúde- ASAMAS –
R: Amazonas, 08- Dom Bosco
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao
Sindicato dos Servidores Públicos
Municipais
13820000- Jaguariúna SP

Ao
Senhor Elias de Oliveira
Presidente do Clube dos
Desbravadores "Falcão da Colina"
R: Lanzoni, 168- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Pastoral da Criança
R: Pires, 136- Nassif
13820-000 Jaguariúna SP.

À
Comunitá Italiana de Jaguariúna
R: Maranhão, 104- São João
13820000- Jaguariúna

À Senhora
Vanilda Silva Andrighetto
Presidente Associação Trilhos do
Jequitibá
R: Custódio, 67- Jardim Elisa
13820-000 Jaguariúna SP.

À
APAE - Associação de Pais e
Amigos dos Excepcionais
R: Amazonas, 1296- Mauá I
13820-000 Jaguariúna SP.

Ao Senhor
Dr. Elmir Kalil Abi Chedid
Diretor das Estâncias Metrópolis
Turismo e Viação Ltda e da
Expresso Metrópolis e Viagens Ltda
Rua Testa, 280 – Jd. São Sebastião
13.820-000 - Jaguariúna – S.P.

À
Associação de Engenheiros,
Arquitetos e Agrônomos de
Jaguariúna – AEAAJ.
13820-000 Jaguariúna SP.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



13 de Maio de 2016



IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016 DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2016.-

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 – Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei nº 101 – Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 9º, § 4º), expede o presente Edital de Convocação para a Audiência Pública nº 004/2016, a ocorrer no dia **25 de maio de 2016** (quarta-feira), às 19h00, na Sala das Sessões desta Câmara Municipal para:

- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais – 1º Quadrimestre de 2016 da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Fica encarregada de assumir os trabalhos de referida Audiência Pública, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 4 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria, afixado, na mesma data, no quadro de avisos da portaria da Câmara Municipal, e publicado na imprensa local.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE COMUNICAÇÃO Nº 008/2016.-

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, nos termos do artigo 51 da Lei Orgânica do Município de Jaguariúna, cc e do § 3º do artigo 31 da Constituição Federal, e especialmente o art. 49 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **COMUNICA** que está à disposição de qualquer contribuinte, durante todo o exercício financeiro, para exame e apreciação, o Processo TC – 1982/026/13 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que dispõe sobre a prestação de Contas do Município de Jaguariúna no exercício de 2013.

COMUNICA, também, que nesse período, conforme estabelecido no artigo 282 do Regimento Interno (Resolução consolidada nº 60/1991), o Processo estará disponível para consulta e esclarecimentos dos interessados na Secretaria Administrativa da Câmara (Rua Alfredo Bueno, 1189 - Centro - Jaguariúna) nos dias úteis (segunda a sexta-feira) das 8 (oito) às 17 (dezesete) horas.

Informa que será publicado no Órgão de Imprensa Oficial por duas (2) edições subsequentes, bem como, afixado no quadro de avisos desta Casa de Leis, o conteúdo deste, para conhecimento de toda população.

Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 11 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 11ª Sessão Ordinária, de 10/0

Expediente:

Dois Senhores Vereadores:

Requerimentos:

- Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal informações da possibilidade de fornecer aos servidores municipais o vale alimentação e ticket refeição; qual o valor do contrato licitante restaurante contratado para fornecer alimentos aos servidores e do fornecimento das marmitas; a Prefeitura paga por refeição; e se o fornecer ticket e vale refeição trará economia aos servidores públicos.

Indicações:

- Do Sr. David Hilário Neto solicitando ao Executivo Municipal pintura no chão e colocação de calçada, informando que é área de acesso e rua José Alves Guedes, altura do Restaurante Ristorantino;
- Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal que todos os ônibus de itinerário e escolar, na Rodovia João Beira, circular no ponto de ônibus do bairro Florianópolis;
- Do Sr. William de Souza Silva – Zidane solicitando ao Executivo Municipal troca das lâmpadas queir poste de energia, localizado na rua Ermelin 594, no bairro Floresta;
- Do Sr. Alexandre da Silva Santos solicitando ao Executivo Municipal manutenção da estrada Judite dos Santos Pinto, trocando as queimadas e podando o mato ao redor da mesma.

Mocções:

- Do Sr. Luiz Carlos de Campos de passamento do Sr. Henrique Roberto ocorrida em maio corrente, aos 70 anos, nesta cidade;
- Do Sr. Gerson Antônio- Gerson do Gás pelo passamento do Sr. José Miguel do ocorrido em 6 de maio corrente, aos 63 anos, nesta cidade.

ORDEM DO DIA

Em Única Discussão:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 002/20 Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a concessão de título de "Cidadão Jaguariunense" a Vaner Vitor Versori.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



05

DO MUNICÍPIO DE

13 de Maio de 2016

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE
ORÇAMENTO, FINANÇAS E
CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguariúna, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** para avaliação do **Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2016**, da Prefeitura do Município de Jaguariúna, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2016, quarta-feira, às 19h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.
Câmara Municipal de Jaguariúna, maio de 2016

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente
de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 248

(Autoria – Vereador Romilson Nascimento Silva – PV)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Jaguariunense", ao Sr. Vaner Vitor Versori.

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Senhor Vaner Vitor Versori o título de "Cidadão Jaguariunense".

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Senhor Vaner Vitor Versori em sessão solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249

(Autoria – Vereador Angelo Roberto Torquato)

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, etc.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Senhor Angelo Roberto Torquato o título de "Cidadão Benemérito Jaguariunense".

Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Senhor Angelo Roberto Torquato em sessão solene ou em data oportunamente convocada pela Presidência.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.

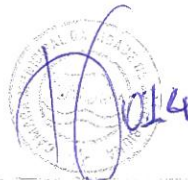
Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Câmara Municipal de Jaguariúna, 11 de maio de 2016



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo



20 de Maio de 2016

IMPRESA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JAGUAR

PODER EXECUTIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

SECRETARIA DE SAÚDE

A Secretaria de Saúde de Jaguarina convida todos os membros do Conselho Municipal de Saúde, munícipes e Nobres Vereadores para participarem da Audiência Pública da Saúde, referente ao 1º quadrimestre de 2016, que ocorrerá dia 23 de maio de 2016, a partir das 18h30, na Câmara Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DEP. DE TRANSITO E TRANSPORTES

FECHAMENTO DE

A Rua Uruguaí, trecho defronte a Praça Santa Cruz estará fechada ao trânsito a 23 de Maio do corrente ano, a partir da realização de festividades na Comunidade.

Detranap, aos 17 de

Ana Carolina Guiselli
Diretora Detran

PODER LEGISLATIVO - PUBLICAÇÕES OFICIAIS

CÂMARA MUNICIPAL

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

CONVITE

A Câmara Municipal de Jaguarina, através da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, convida toda população para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA para avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais - 1º Quadrimestre de 2016, da Prefeitura do Município de Jaguarina, que ocorrerá no próximo dia 25 de maio de 2016, quarta-feira, às 19h00, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, nesta cidade.

Câmara Municipal de Jaguarina, maio de 2016

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

DECRETO LEGISLATIVO Nº 249
(Autoria - Vereador Ângelo Roberto Torres - PTB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Benemérito", ao Sr. Nilton Queiroz

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Senhor Nilton Queiroz, o título de "Cidadão Benemérito".
Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Senhor Nilton Queiroz em sessão solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.
Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.
Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal de Jaguarina, 11 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 250
(Autoria - Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco - PMDB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Jaguarinense", ao Sr. José Augusto Viana Neto.

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 251
(Autoria - Vereador Ângelo Roberto Torres - Neguita Torres - PTB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Jaguarinense", ao Sr. Cláudio Bertazzo - Tio Cláudio.

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Senhor Cláudio Bertazzo, o título de "Cidadão Jaguarinense".
Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Senhor Cláudio Bertazzo em sessão solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.
Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.
Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal de Jaguarina, 18 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

DECRETO LEGISLATIVO Nº 252
(Autoria - Vereador Adilson José Abrucez - PSDB)

Dispõe sobre concessão de título de "Cidadão Jaguarinense", ao Sr. Dr. Elcio Shiyoyti Hirano.

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc. FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:
Art. 1º - É conferido ao Ilustríssimo Sr. Dr. Elcio Shiyoyti Hirano o título de "Cidadão Jaguarinense".
Art. 2º - A honraria de que faz menção este Decreto Legislativo, será entregue ao estimado Sr. Dr. Elcio Shiyoyti Hirano em sessão solene ou em data festiva a ser oportunamente convocada pela Presidência.
Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução deste Decreto Legislativo onerarão dotações orçamentárias específicas consignadas à Câmara Municipal.
Art. 4º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Presidência da Câmara Municipal de Jaguarina, 18 de maio de 2016

VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2016
DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 009/2016

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, etc. no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com fundamento na Resolução nº 060/1991 - Regimento Interno (artigo 71, inciso V) e na Lei 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 48, Parágrafo Único), expede o presente Edital de Convocação

EDITAL DE COMUNICAÇÃO

ADILSON JOSÉ ABRUCEZ, Presidente da Câmara Municipal de Jaguarina, Estado de São Paulo, nos termos do Município de Jaguarina, cc e do § 3º Federal, e especialmente o art. 49 da Lei Complementar de Responsabilidade Fiscal).
COMUNICA que está à disposição de qualquer exercício financeiro, para exame e apreensão, a prestação de Contas do Município de Jaguarina, no exercício de 2015.
COMUNICA, também, que nesse período, com 282 do Regimento Interno (Resolução nº 1189 - Centro - Jaguarina) nos dias úteis (dois) às 17 (dezasete) horas.
Informa que será publicado no órgão de imprensa em edições subsequentes, bem como, afixado na Casa de Leis, o conteúdo deste, para conhecimento da Câmara Municipal de Jaguarina, aos 11 de maio de 2016.

VEREADOR ADILSON JOSÉ
Presidente

Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data da Portaria da Câmara Municipal.

ALZIRA ELEANI DE CAMPOS SOUZA VENTURINI
Diretora Geral

Pauta dos Trabalhos da 12ª Sessão Ordinária

Expediente:

Dos Senhores Vereadores:

Requerimentos:

- Do Sr. Gerson Antonio - Gersc Executivo Municipal informar indicativas de nomes de ruas trocadas e/ou consentadas, em 12 de Setembro, São José, Boa Vista.
- Do Sr. Gerson Antonio - Gersc Executivo Municipal informar iluminação no trecho que liga Supermercado Bon Netto, até o Pitangueiras;
- Do Sr. Romilson Nascimento Executivo Municipal informar o pagamento dos salários dos funcionários RPA e qual dia do mês é feito seu pagamento;
- Do Sr. Romilson Nascimento Executivo Municipal informar que obras de reparo nas piscinas do bairro quando a população vai por piscinas.

Indicações:

- Do Sr. Gerson Antonio - Gersc Executivo Municipal realizar limpeza do bairro Cruzeiro do Sul;
- Do Sr. Gerson Antonio - Gersc Executivo Municipal ampliar o calçamento do bairro Bagulho, passando mais vezes nos pontos de ônibus;
- Do Sr. William de Souza Silva Executivo Municipal reparos nas lâmpadas e rua Sergipe, no bairro Dom Bosco;



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

PAUTA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS – 1º QUADRIMESTRE DE 2016, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LEI Nº 101, DE 04 DE MAIO DE 2000), REALIZADA AOS 25 DE MAIO DE 2016, ÀS 19:00 HS, NA SALA DE SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

- O Sr. Presidente da Câmara Municipal faz a abertura da Audiência Pública, passando os trabalhos da mesma para o Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Luiz Carlos de Campos.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Vereador Luiz Carlos de Campos, convida os demais Vereadores Membros da Comissão para fazerem parte da Mesa, sendo os Srs. Luiz Gustavo Gothardo, Vice-Presidente; Rita de Cássia Siste Bergamasco, Secretária.
- O Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade explica o procedimento para a realização da referida Audiência.
 - O Assessor da Secretaria de Administração e Finanças terá vinte minutos para fazer a explanação a respeito das Metas Fiscais;
 - os Vereadores poderão usar a palavra por cinco minutos, na tribuna, tendo o Assessor o mesmo tempo para responder, facultadas as réplicas e tréplicas;
 - as pessoas presentes na Assembléia também poderão usar a palavra por cinco minutos, desde que, devidamente inscritas, junto às Secretárias da Câmara presentes na Assembléia;
- O Sr. Presidente passa a palavra ao Representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças para fazer a exposição das

METAS FISCAIS – 3º QUADRIMESTRE/2015

- Deixa livre a palavra aos inscritos, pela ordem, que terão no máximo, 5 minutos para uso da palavra.

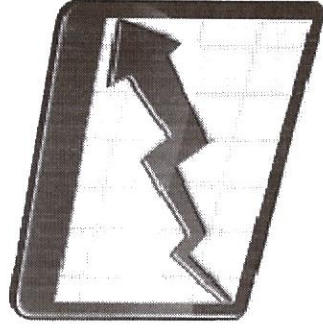
-
-
- Palavras do Sr. Presidente.
 - Encerramento da Audiência Pública.
 - Secretaria da Câmara Municipal, aos 25 de maio de 2016



PREFEITURA DO MUNICÍPIO JAGUARUANA

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIO DE 2016





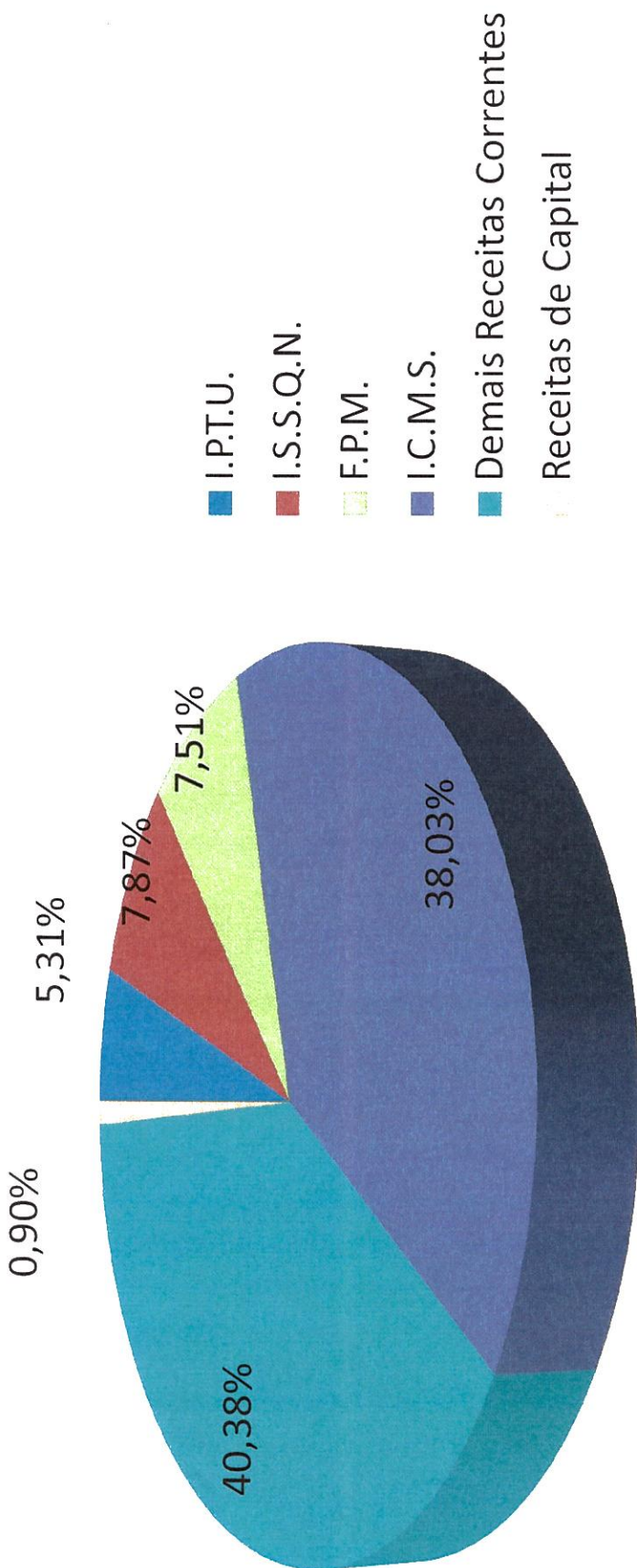
RECEITAS



RECEITAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		1º QUADRIMESTRE	%
Receitas Correntes	R\$ 354.670.306,44	R\$ 111.150.194,90	31,34
I.P.T.U.	R\$ 10.750.100,00	R\$ 5.953.908,29	55,38
I.S.S.Q.N.	R\$ 33.676.000,00	R\$ 8.830.333,13	26,22
F.P.M.	R\$ 25.600.341,00	R\$ 8.425.409,80	32,91
I.C.M.S.	R\$ 140.000.000,00	R\$ 42.653.016,66	30,47
Demais Receitas Correntes	R\$ 144.643.865,44	R\$ 45.287.527,02	31,31
Receitas Correntes – Intra-Orçamentarias	R\$ 10.915.000,00	R\$ 4.648.029,79	42,58
(-) Contas Redutoras (ICMS, FPM, IPI, ITR, IPVA)	-R\$ 32.449.100,74	-R\$ 10.315.827,73	31,79
Receitas de Capital	R\$ 19.281.440,30	R\$ 1.012.157,46	5,25
Transferências de Capital	R\$ 19.048.240,30	R\$ 686.978,26	3,61
Outras Receitas de Capital	R\$ 233.200,00	R\$ 325.179,20	139,44
TOTAL	R\$ 352.417.646,00	R\$ 106.494.554,42	30,22



GRÁFICO - RECEITA



Handwritten signature and a circular stamp.



DESPESAS



DESPESAS	VALOR PREVISTO	VALOR REALIZADO	
		LIQUIDADO	PAGO
Despesas Correntes	R\$ 285.998.230,06	R\$ 103.516.162,34	R\$ 75.100.745,03
Pessoal e Encargos	R\$ 125.439.085,38	R\$ 44.890.970,78	R\$ 33.247.289,95
Outras Despesas Correntes	R\$ 160.559.144,68	R\$ 58.625.191,56	R\$ 41.853.455,08
Despesas de Capital	R\$ 33.787.707,80	R\$ 2.796.066,53	R\$ 2.464.862,94
Investimentos	R\$ 33.787.707,80	R\$ 2.796.066,53	R\$ 2.464.862,94
Outras Despesas de Capital	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Reserva de Contingenciamento	R\$ 2.591.108,14	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 322.377.046,00	R\$ 106.312.228,87	R\$ 77.565.607,97

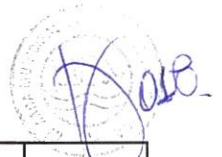
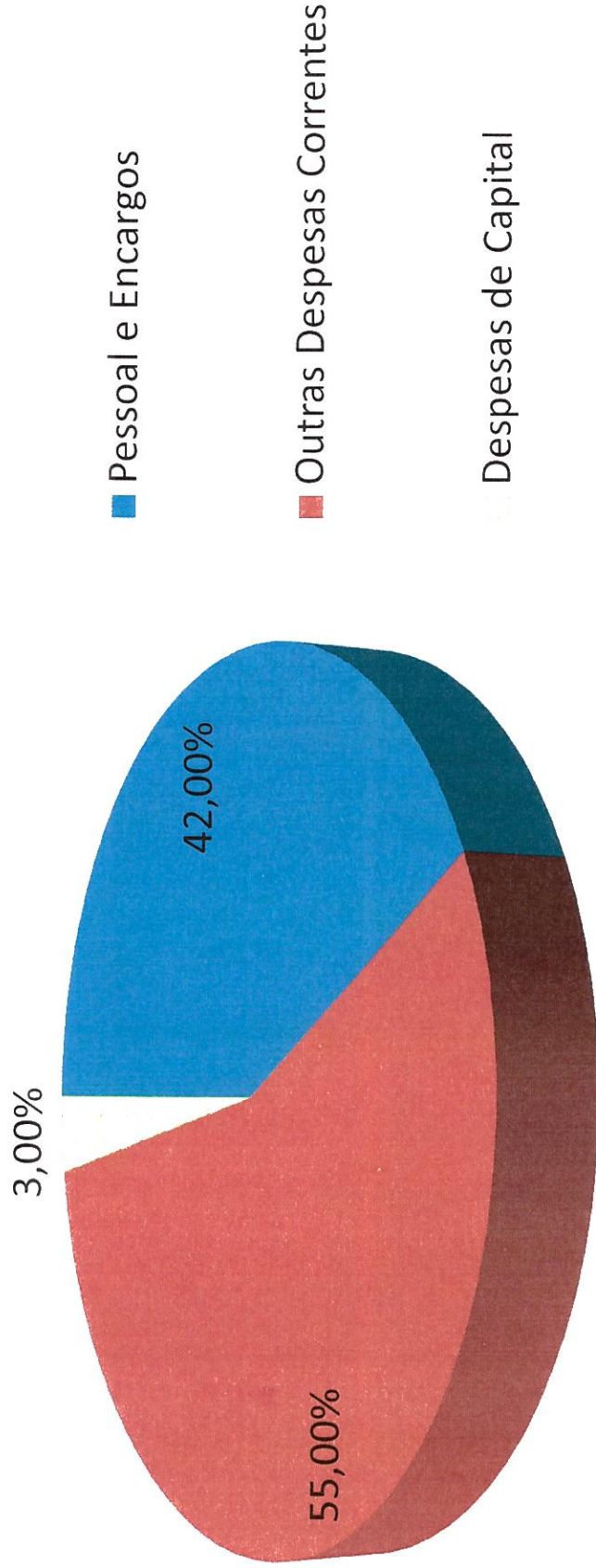

Ass: _____



GRÁFICO - DESPESAS



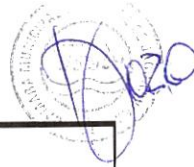
2019



RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2012</u>	R\$ 20.724.493,95
(-) VALORES PAGOS (até 30/04/2016)	R\$ 18.754.993,64
CANCELADOS	R\$ 1.329.429,55
SALDO A PAGAR	R\$ 640.070,76





RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2013</u>	R\$ 12.771.589,33
(-) VALORES PAGOS (até 30/04/2016)	R\$ 12.447.156,20
CANCELADOS	R\$ 319.942,13
SALDO A PAGAR	R\$ 4.491,00

021



RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2014</u>	R\$ 19.012.378,16
(-) VALORES PAGOS (até 30/04/2016)	R\$ 17.846.305,84
CANCELADOS	R\$ 820.304,89
SALDO A PAGAR	R\$ 345.767,43



RESTOS A PAGAR



RESTOS A PAGAR DE <u>2015</u>	R\$ 18.672.294,76
(-) VALORES PAGOS (até 30/04/2016)	R\$ 16.489.063,81
CANCELADOS	R\$ 5.034,61
SALDO A PAGAR	R\$ 2.168.196,34





DÍVIDA CONSOLIDADA



ESPECIFICAÇÃO	3º QUADRIMESTRE 2015	1º QUADRIMESTRE 2016	2º QUADRIMESTRE 2016
DÍVIDA CONSOLIDADA	R\$ 30.480.432,50	R\$ 32.119.729,36	



RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



RECEITAS CORRENTES	R\$ 291.136.312,42
(-) Plano Previdenciário	R\$ 6.230.891,69
(-) FUNDEB	R\$ 27.703.113,55
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 257.202.307,18

2023



APLICAÇÕES



ESPECIFICAÇÃO	VALOR APLICADO
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 257.202.307,18
DESPESAS COM PESSOAL	R\$ 110.341.966,66
% EM RELAÇÃO R.C.L.	42,90%



RECEITAS DE IMPOSTOS



ESPECIFICAÇÃO	VALOR REALIZADO
IMPOSTOS MUNICIPAIS	R\$ 18.076.820,29
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	R\$ 8.617.901,50
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	R\$ 49.103.336,06
TOTAL	R\$ 75.798.057,85





APLICAÇÃO NA SAÚDE



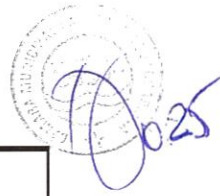
RECEITAS DE IMPOSTOS	R\$ 75.798.057,85
SECRETARIA EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 12.692.105,06
ASAMAS-EMPENHOS LIQUIDADOS	R\$ 15.587.000,00
AUXÍLIOS E TRANSFERÊNCIAS	R\$ 2.472.969,51
TOTAL APLICADO	R\$ 25.806.135,55
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	34%



APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO



RECEITA DE IMPOSTOS	R\$ 75.798.057,85
DESPESAS COM EDUCAÇÃO	R\$ 14.221.208,27
(+) VALOR RETIDO FUNDEB	R\$ 10.315.827,73
(-) AUXÍLIOS	R\$ 2.526.131,33
VALOR APLICADO	R\$ 22.010.904,67
% EM RELAÇÃO A RECEITA DE IMPOSTOS	29%





FUNDEB



VALOR RECEBIDO		R\$ 11.442.441,12	
RENDIMENTOS		R\$ 24.231,67	
TOTAL		R\$ 11.466.672,79	
TOTAL APLICADO		R\$ 11.466.672,79	100%
APLICAÇÃO MAGISTÉRIO		R\$ 9.647.466,36	84%



CRÉDITOS



SALDO EM 31/12/2015		ALTERAÇÕES	SALDO EM 30/04/2016
DÍVIDA ATIVA	R\$ 46.291.493,57	- R\$ 1.556.783,48	R\$ 44.734.710,09
SALDO PATRIMONIAL	R\$ 280.588.373,40	R\$ 2.796.066,3	R\$ 283.384.439,93


026



AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS



1º QUADRIMESTRE EXERCÍCIO DE 2016

Tarcísio Cleto Chiavegato
Prefeito Municipal

Maria Auxiliadora Zanin
Vice-Prefeita

Wagner Ferreira de Brito
Controle Interno

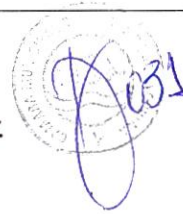
Fernando Pinto Catão
Secretario de Administração e Finanças

Cristina Ap. Rossi Serra
Diretora Depto. Contabilidade e Orçamento



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



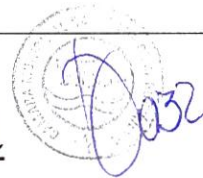
Ata da Audiência Pública, para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de dois mil e dezesseis, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), convocada através do Edital de Convocação nº 007/2016, datado de 4 de maio de 2016, realizada no dia vinte e cinco de maio de dois mil e dezesseis, às dezenove horas, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato” da Câmara Municipal de Jaguariúna, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, nesta Cidade. Presidente Sr. Adilson José Abrucez. Vice-Presidente Sr. Ângelo Roberto Torres. Secretários Srs. Luiz Carlos de Campos e Romilson Nascimento Silva. Presentes os Srs. Vereadores: Adilson José Abrucez, Luiz Carlos de Campos e Luiz Gustavo Gothardo. Deixaram de comparecer os Srs. Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Romilson Nascimento Silva, Rodrigo da Silva Blanco e William de Souza Silva. Presente, também, o Sr. Wagner Ferreira de Brito, Diretor da Secretaria de Administração e Finanças, convidado, especialmente, para fazer as explanações a respeito das Metas Fiscais, sendo que o mesmo fez parte da Mesa. Inclusive com estas autoridades, estavam presentes na Sala das Sessões, aproximadamente, dez pessoas, conforme consta de Lista de Presença anexada ao Processo. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Adilson José Abrucez, deu início à Audiência Pública dizendo que a mesma era realizada para cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade fiscal (Lei nº 101, de 04 de maio de 2000), motivo pelo qual passou os trabalhos daquela Audiência para a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, na pessoa do seu Presidente, Vereador Luiz Carlos de Campos, que cumprimentou a todos e chamou para compor a Mesa, os Membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, estando presente, apenas o Vereador Luiz Gustavo Gothardo, Vice Presidente, sendo que a Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco, Secretária da Comissão, não esteve presente, apresentando justificativa, e também, pela Prefeitura Municipal, representante da Secretaria de Administração, o Sr. Wagner Ferreira de Brito; o Sr. Presidente da Comissão disse que aquela audiência pública era uma obrigação trazida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e a cada quatro meses eles estavam ali para avaliar as Metas, e que eles iriam fazer da mesma maneira que eles vinham fazendo nas outras audiências, o Wagner iria fazer a explanação, a exposição, ele tinha o tempo para fazer isso, e depois as pessoas presentes, os Vereadores presentes que quisessem fazer as indagações, deveriam ir até a tribuna, e o público tinha que fazer inscrição com a funcionária da Câmara; a seguir, agradeceu a presença do Sr. Wagner, e passou a palavra ao mesmo para que fizesse as explanações; o Sr. Wagner Ferreira de Brito, Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria de Administração e Finanças, cumprimentou aos corajosos que estavam ali na véspera do feriado, e que eles estavam fazendo a aposta se iria ter Vereador, se iria ter gente, e que tinha gente, sim, a Rita, o pessoal, e que eram corajosos, e os parabenizou, e que ele tinha que vir porque tinha que apresentar, não tinha jeito de escapar, mas eles, se tivesse um troféu da Câmara, uma medalhinha, podiam dar para o pessoal, porque eles estavam firmes; a seguir, disse que a cada quatro meses ele tinha que fazer a apresentação dos

[Handwritten signature]
1 *[Handwritten initials]*



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



relatórios, e perguntou qual a finalidade; e que a finalidade era ver se o Município, como que o Município vinha trabalhando com o recurso que ganhava, como ele vinha administrando a despesa, como que hoje o Município administrava sua despesa; então, ele trouxe alguns quadros, por exemplo, Receita, Despesa, aplicação em Pessoal, em Educação, em Saúde, independente do montante, e falou da presença do Vereador Guga que tinha chegado naquele momento, e continuou dizendo que independente daquilo que ele recebia ele tinha que administrar o recurso que ele recebia, e falou do primeiro quadro, que era o quadro da Receita: Receita Corrente: arrecadaram até o primeiro quadrimestre, os primeiros quatro meses, cento e onze vírgula um milhões, trinta e um vírgula trinta e quatro do Orçamento, ou seja, quase um terço do Orçamento, e que se tivesse mais dois por cento... Disse da primeira observação: Receita Corrente era uma Receita que independia, num primeiro momento, do Governo Federal e do Governo Estadual, e o que se repassava era um repasse que vinha por lei, então, não dependia da bondade dele, estava na lei, entrou dinheiro, tinha que repassar, uma parte do ICMS, uma parte do FPM, uma parte do IPVA, daí vinha separando: IPTU receberam cinco vírgula oito, a última coluna do quadro, receberam cinquenta e cinco vírgula três por cento, um pouquinho pra trás, quase seis milhões, e disse que em quatro meses receberam mais de cinquenta por cento, porque era comum que as pessoas pagassem o IPTU em janeiro, ou melhor, fevereiro, e que muitas pessoas pagavam à vista e pagando à vista eles acabavam tendo uma arrecadação melhor; ISS, arrecadaram vinte e seis vírgula dois por cento, e que no ISS eles tiveram algumas surpresas, eles imaginavam que com a implantação da empresa Sky, na construção pudesse gerar ISS, e vinha com uma promessa e que eles falavam que tinha ISS e quando eles começaram a apurar detalhadamente, viram que a Sky não gerava o ISS que eles gostariam que gerasse, ISS, e eles começaram a perder um pouco de ISS; disse que a queda de ISS era diferente do IPTU, e que o IPTU ele lançava aquilo em função da inflação, do valor venal do imóvel, mas o ISS era diferente porque ele dependia do aquecimento da economia, e se estivesse vendendo muito, se estivesse fazendo muito serviço, tinha muita reforma, tinha muito serviço, tinha ISS, tinha muita prestação de serviços, por exemplo a área de computadores, se tivesse muita prestação de serviço, muito contrato, gerava ISS, e que percebiam que a crise econômica afetou um imposto que era municipal, e que iriam falar do federal, do estadual, mas o imposto municipal foi afetado, e que se tivessem muita gente trabalhando, o ISS seria melhor, senão ele não era tão bom assim, então, não atingiu os trinta e três por cento que eles gostariam, um dos motivos era a surpresa da Sky, que não entrou como eles gostariam, aliás eles imaginavam que a Sky começasse esse ano, no segundo semestre pelo menos, entre maio e o segundo semestre, e que ele já teve notícias, naquela semana, que a Sky começaria no ano que viria; disse que o FPM era um dinheiro que vinha do Governo Federal, e ele vinha em função do Imposto de Renda, entrou o Imposto de Renda ele passava para o Município, e que se olhassem lá, eles tinham trinta e dois vírgula nove, ou seja, quase trinta e três por cento, ou seja, um terço, como quatro meses era um terço de um ano, o FPM, a sua arrecadação era um terço daquilo que ele planejou para o ano todo, muito próximo de um terço; disse que eles percebiam que não tinha muita variação de FPM, porque ele era repassado em função de lei, ele não era repassado em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



função da boa vontade do Governo; ICMS, viam ali quarenta e dois vírgula seis por cento, na coluninha de quadrimestre, e pediu o apresentador de slides para ajudar na apresentação; continuou dizendo, que o ICMS eles receberam trinta vírgula quatro por cento, quarenta e dois vírgula seis, e que não deu trinta e três, mas deu próximo, mas o ICMS, embora independesse da vontade do Governo Estadual, eles dependiam do ICMS o aquecimento da economia; a pessoa vendia menos, vendia menos celulares, vendia menos bebidas, menos cerveja, vendia menos, e que achava que vendia menos cerveja mesmo com a crise; disse que o celular caiu, e que achava que em metade, vendia-se uma fortuna de celular, de repente caiu; disse entre outras coisas que estava vendo uma matéria naquela semana, que a Apple chegou a vender no primeiro trimestre do ano anterior, em torno de três milhões ou bilhões, tinham sumido os números, e caiu para em torno de quinhentos, ou seja, caiu um sexto, então se percebia que a pessoa até não deixou de comprar um celular, mas comprou um celular um pouco mais em conta, compatível; disse que a Motorola, quando ela estourou ela lançou um Motorola, aquele chamado Motor G, qualidade de um Smartphone de primeira linha com um preço um terço, um quarto de um Iphone; disse que percebiam que a economia estando desaquecida, menos impostos, e menos impostos eles iam buscar naquele valor lá, num valor menor, portanto deu trinta e não deu trinta e três; Demais Receitas Correntes eram diversas Receitas Correntes de pequenos valores, que eles somaram e colocaram ali e se fosse colocar SUS, o que recebeu da Saúde, que recebeu de taxas, que recebeu de multa, daí eles iriam começar a pulverizar muito, e eles não pulverizaram; Demais Receitas Correntes trinta e um vírgula três por cento, próximo dos trinta e três que gostariam; disse que quando começavam a lidar com números, como trezentos e cinquenta milhões de reais, dois por cento embora sejam muito, dois por cento acabava sendo até quase tolerável, quando se lidava na ordem de uma grandeza de valores grandes assim, porque esse orçamento foi feito em maio, junho do ano anterior e que veio para a Casa e votou julho, e que tinham comezinho de um ano, e que se pegava três anos anteriores, dois mil e quatorze, treze, doze, avaliava o comportamento de janeiro a maio, até junho encaminhava para a Casa, e que era diferente da realidade de dois mil e dezesseis, e que trabalhavam com a ferramenta que tinham; Contas Redutoras: disse que essas Contas Redutoras eram os valores que ficavam amarrados em algumas receitas que vinham para o Município, por exemplo, vinha IPVA, vinha cem, do cem que vinha, vinte ficavam amarrados lá num fundo comum, chamado FUNDEB, depois vinha para a Educação, mas ficava lá; ICMS, se fosse passar cem, vinte ficava amarrado lá no fundo chamado FUNDEB, fundo da Educação, e ali tinha quais eram as receitas; disse que tinham até agora em torno de dez milhões, era trinta e um vírgula sete, proporcional à sua Receita Corrente, lá em cima, trinta e um vírgula três; Receita de Capital: disse que a Receita de Capital não era muita surpresa, mesmo com o Governo caminhando numa relativa crise, o Governo Federal e o Governo Estadual repassavam recursos menores, porque ainda tinha crise, e que eles não contavam tanto, e que era para ter trinta e três por cento e eles receberam só cinco por cento do Governo Federal e do Governado Estadual; disse que houve um fechamento das portas, mas por que, então, eles não poderiam ter feito uma previsão de um valor menor, perguntou; disse que não, e que existia um conceito, um princípio da área contábil que eles



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Handwritten signature and stamp in the top right corner.

deviam colocar todas as receitas que eles tinham informações, documentos, elementos que elas pudessem entrar, e que existiam convênios em andamento, FEHIDRO, Escola, ambulância, máquina hospitalar, e que se pegava os elementos que tinham concretos, não se podia inventar, mas se pegava os elementos que se tinha e com esses elementos se estimava a Receita de Capital, e que a Receita de Capital dele ele estimou, era cinco vírgula cinco, embora fosse somente cinco vírgula cinco, ele não podia deixar de estimar Receita de Capital, às vezes eles eram até cobrados, até mesmo pelos Vereadores, mas podia dar uma mexida; disse que o segredo não era ele deixar de estimar a sua Receita de Capital, o segredo era ele trabalhar com a Receita que ele tinha; um bom gestor trabalhava com a Receita que tinha e não exatamente pelo orçamento; disse que no seu orçamento, ele tinha feito um levantamento aquele mês, agora de março, e que a previsão inicial deles, ele tinha lá mês a mês previsto, e que a previsão era que eles iriam perder em torno de cinquenta e oito milhões, quase cinquenta e nove milhões, de trezentos e trinta, tirava-se duzentos e cinquenta e oito, dava duzentos e oitenta, duzentos e setenta, trezentos e trinta para duzentos e setenta; disse que tinham cinquenta e oito milhões do orçamento, só que a máquina da Prefeitura, a máquina e sua estrutura, ela estava com trezentos e trinta, trezentos e cinquenta, e começava a entrar em Receita duzentos e setenta, duzentos e oitenta, e criava dificuldades para poder administrar e tinha que lidar com sua Receita, era assim no orçamento doméstico de cada um e assim, também, na Administração Pública; continuando, Transferência de Capital: valores pequenos, Outras Receitas de Capital, e que falou que, normalmente, capital era questão de ambulância, construção de prédios, imóveis, aquisição de equipamentos, até móveis, aquilo que eles chamavam valores de capital, a FEHIDRO, por exemplo, a construção de tratamento de esgoto, entrava ali, e que tinham um valor pequeno, e que fechavam: trezentos e cinquenta previsto, cento e seis arrecadado, deu trinta vírgula vinte e dois, no montante total; disse que ali tinha o quadro e no quadro ele mostrava quanto que ele teria de IPTU, o azul era IPTU, cinco e trinta e um, e que valia ressaltar que os municípios vizinhos eram, pelo menos, nove, e que Jaguariúna estava com cinco, e que era natural ter um IPTU e que acreditava até que o valor do IPTU de Jaguariúna fosse até próximo ao de Pedreira, no entanto, como a Receita daqui era maior o índice acabava caindo um pouquinho; o ISS, gostariam que o ISS fosse um pouquinho melhor e não foi, mas ainda era maior que o IPTU; o FPM menor que o ISS, não era menor, FPM sempre foi acima do ISS do Município, o FPM vinha do Governo Federal e ISS era do Governo Municipal, e que eles estavam ali vendo o FPM perder o seu poder, seu poder em relação ao ISS do Município; o ISS estava crescendo com toda a dificuldade e o FPM estava caindo; disse que o FPM, dia vinte, eles tinham uma previsão de quatrocentos mil e veio cento e quarenta; ICMS, há duas semanas atrás tinham uma previsão de dois milhões e meio e caiu para duzentos e setenta, numa semana, eram quatro, mais de um milhão e meio de perda; ICMS tinham o valor ali de ICMS, quarenta por cento, e que o ICMS chegou a valer sessenta, quase setenta por cento da Receita, e que dependia e muito, e que no tempo da Johnson, e entre outras coisas disse que no tempo da Johnson nadavam de braçada, era uma coisa de louco, muito dinheiro, e os funcionários também nadavam de braçada lá, e eles nadavam de braçada aqui, por fim, a Johnson foi embora, os deixou na mão e

Handwritten initials and the number 4 in the bottom right corner.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

1035

a Motorola era boa, também, caiu, e a Motorola do ICMS representava setenta , caiu para trinta, quarenta, de todo o ICMS, e hoje ela dividia entre ela e a AMBEV, deu uma reagida com o Moto G, mas deu uma caída de novo; Receita de Capital era aquilo que recebiam do Governo Federal ou do Governo Estadual; o próximo quadro: Despesas: tinham as Despesas Correntes, e que tinham ali cento e três milhões de liquidado, setenta e cinco milhões pagos; Pessoal: quarenta e quatro milhões, e que ali não colocaram o percentual e que poderiam pensar em dar uma melhorada nisso; Outras Despesas Correntes: disse que a Despesa tinha três fases: empenho, liquidação e pagamento; o empenho era quando ele fazia o contrato, o contrato com aquele senhor que os estavam assistindo, ele iria fazer, por exemplo, serviço de informática, pagava para ele cinco milhões, dez milhões ao mês, dez mil ao mês, cento e vinte mil ao ano, e que fazia o empenho de cento e vinte mil, e que o empenho era cento e vinte; liquidado, quando ele apresentava a nota, efetivamente, ele prestou o serviço e ele pagou, e quando ele prestou o serviço ele recebia a nota, isso era liquidado, ou seja, uma dívida que efetivamente ele tinha, e que precisava pagar, e pagava quando saía o desembolso, e comentou que naquela semana teve gente que saiu chorando de sua sala, porque já estava quase três meses atrasado, e que não conseguia pagar naquele momento, pediu um tempo, e para negociar, e citou, valor empenhado, liquidado e pago; disse que ali no quadro eles não colocaram o empenhado, mas o liquidado e pago, ou seja, aquilo que efetivamente, ele devia e pago era o seu desembolso financeiro, que saiu do seu caixa; Outras Despesas Corrente, Despesas de Capital, e que Despesa de Capital eles estavam em torno de quatro por cento da Despesa de Capital, três a quatro por cento, e que começaram com um e meio, subiu para dois, estava em três e meio, quase quatro, a Receita de Capital, e que era importante porque eles não recebiam tudo isso, eles recebiam metade daquele valor que foi gasto, ou seja, o Município acabou gastando mais do que aquilo que recebeu e em capital, ou seja, em investimento e existia uma importância no investimento; Reserva de Contingenciamento colocavam ali só na coluna de orçamento, e colocava somente na coluna de orçamento porque essa reserva entrava no seu orçamento e ela era para despesa ou gasto imprevisível, aquilo que ele não previu, aquilo que ele não sabia, que caiu de pára-quadras e aí ele tinha que correr atrás, e comentou que, às vezes, o Prefeito tinha que fazer uma obra, alguma coisa, e ele perguntava: "Wagner, como é que você está?" E que ele dizia: " Prefeito, o senhor solta o rojão e eu corro atrás da vareta." E que tinha aprendido isso com o Lebrão, "ele solta o rojão e a gente corre atrás da vareta"; disse que Reserva de Contingência, ele não tinha essa despesa, e que se ele precisasse em alguma área, ele tiraria de contingenciamento e colocava na área que ele precisava, e aí fechava o seu orçamento, pelo menos; disse que ali chegavam no gráfico, e que eles sintetizaram ali em três grandes grupos; qual era o seu Pessoal, perguntou? Disse que quando começaram o Governo eles estavam em torno de quarenta e oito, quase cinquenta por cento de despesas com pessoal, e hoje, eles estavam com quarenta e dois, lutando para baixar isso; Outras Despesas, na verdade, era manutenção; o que ele precisava para que a máquina não parasse, perguntou; cinquenta e cinco por cento da Despesa era direcionada para que a máquina não parasse, e três por cento eram investimentos; próximo quadro: Restos a Pagar: disse que os Restos a Pagar eles tinham alguns quadros que iriam falar



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

1036

de Restos a Pagar, o exposto era o que falava de dois mil e doze, que estava no balanço de dois mil e doze, e que receberam algumas despesas depois, foram contabilizados, mas aquilo que estava no balanço de dois mil e doze estava ali; disse que receberam vinte milhões, vinte milhões e setecentos mil, pagaram dezoito, esse montante era um montante que não foi confirmado, eram despesas que estavam para ser pagas, mas a pessoa não conseguiu comprovar a efetiva prestação de serviço e eles não perdoavam, só se em juízo a pessoa conseguisse demonstrar; disse que a comprovação deles era simples, chamavam a pessoa da área, Secretário da área, pessoa que trabalhou na área e perguntava; "houve essa prestação de serviço mesmo? Tinha uma reforma na sala tal, foi feita a reforma? Foi pintada, rebocada, mexida?" Disse que não criavam grande embaraço não; entre outras coisas disse que seiscentos e quarenta mil eram os valores que estavam lá pendentes, alguns deles até independiam da vontade deles, e que tinha lá uma pessoa que faleceu, precisava pagar, uma empresa que ainda não conseguiu demonstrar, estava em andamento para demonstrar, e que não fecharam ainda os seiscentos e quarenta mil de dois mil e doze; Restos a Pagar de dois mil e treze: começaram com doze, e já no novo Governo estavam com quatro e que sabia que um deles era um alvará judicial, era uma rescisão, e que não foi receber, a pessoa faleceu, a família ainda não foi receber; Restos a Pagar dois mil e quatorze: tinha dezenove, e que conseguiram ali um pagamento de dezessete vírgula oito, algumas coisas foram canceladas porque algumas eram duplicidade, no final do ano eles faziam um pente fino, e neste pente fino viam o que precisava ser cancelado, e sobrava trezentos e quarenta e cinco mil de dois mil e quatorze; em dois mil e quinze eles começaram com dezoito, o ano passado, terminou em dezembro, e ainda estavam com dois milhões, finalzinho de abril, dois milhões e cem, esses eram os Restos a Pagar; disse que a Dívida Consolidada era o seguinte, e que até estava explicando para a sua funcionária que estava montando os quadros, e que ela tinha alguns gráficos, alguns impressos, e estava explicando para ela; disse que aquilo que o Município ia pagar, depois de doze meses que ele fechou o relatório, chamava-se Dívida Consolidada, e que ele fechou dezembro, esse terceiro quadrimestre de dois mil e quinze, fechou dezembro em trinta, algumas coisas foram pagas e outras foram inscritas, foi feito, por exemplo um acordo em dois mil e dezesseis, e neste acordo de dois mil e dezesseis, foram inseridos alguns valores e esse valor, por exemplo FAJ, eles tinham um valor alto com a FAJ, foi feito um acordo de parcelamento, esse parcelamento iria ser pago em mais um período superior a um ano, e que aquele valor entrava ali, e sua Dívida Consolidada ao invés de diminuir, aumentava; disse que nesse caso, era o primeiro quadrimestre, e que o segundo quadrimestre não fecharam ainda, e que tinham um acréscimo de dois milhões, e já adiantava que era uma dívida de parcelamento com a FAJ; próximo quadro: Receita Corrente Líquida: disse que Receita Corrente Líquida era um termo técnico, o Tribunal dizia como funcionava a Receita Corrente Líquida, e ele dava a receita, e que sua Receita Corrente dos últimos doze meses, ou seja, se ele pegava abril, ou seja, voltando, abril, março, fevereiro, janeiro, dezembro até maio do ano anterior eram os últimos doze meses, e que sua Receita dos últimos doze meses era de duzentos e noventa e um, tirava previdência, porque a Receita de Previdência não era dele, o que ele recebia lá vinha do funcionário, o que recebia lá vinha da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

037

Prefeitura, então, não era sua receita, ele deduzia e não era a sua Receita Líquida para fazer o que ele quisesse, lá era tudo, inclusive o JaguarPrev, tirava a previdência, tirava a duplicidade do FUNDEB, e sobrava para ele duzentos e cinquenta e sete, que era a sua Receita Líquida; disse que a Receita Líquida servia para controlar, por exemplo, Pessoal, tinha um limite de Pessoal, e que se ele chegasse em cinquenta e dois por cento, que era o que o Tribunal já acusava, e que passando de cinquenta e quatro já tinha que cortar funcionário, e na evolução ela iria até cortar funcionário concursado, mas ele tinha uma regrinha e quem lesse a LDO, e que já tinha falado uma vez que a LDO, quem quisesse ser Prefeito pagasse a LDO e lesse, seguia a LDO e não tinha como errar; disse que a LDO era uma receita do que ele tinha que fazer, Receita Corrente Líquida, eles iam chegar lá; próximo quadro: Aplicações: disse que com Pessoal ele gastava quarenta e dois e noventa com Receita Corrente Líquida e que era diferente daquele outro relatório lá, e que aquele outro relatório ele pegava toda a sua Receita e toda sua Despesa com Pessoal, inclusive cesta básica, Unimed, era uma forma diferente de ver, que aquele ele pegava dos últimos doze meses e aquele ele pegava só quatro meses; ali ele pegava a Receita Corrente Líquida e lá ele pegava toda a sua Receita, e que aquele ali era o que o Tribunal via, e o outro quem via era o gestor, o Prefeito via o que ele estava gastando com Pessoal, e que ali, não, ali quem via era o Tribunal; quarenta e dois vírgula nove era o quanto ele gastava com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida; próximo quadro: Receitas de Impostos: disse que ele tinha de forma líquida setenta e cinco vírgula sete milhões de impostos; impostos municipais dezoito; a União passava oito milhões, e o Estado era o que mais passava, quase cinquenta milhões, quarenta e nove milhões; e que tinha ali setenta e cinco vírgula oito milhões de impostos e isso servia para algumas coisas que iriam entender ali, naquele momento; disse que na Saúde ele precisava gastar com impostos os mesmos setenta e cinco, precisava gastar com imposto da Saúde quinze por cento, no mínimo, e que se ele gastasse menos que isso, rejeitava a conta, desaprovação segundo o Tribunal, o Prefeito, o Gestor, ele era penalizado, e o Tribunal batia em cima; e que via lá quando ele gastou da Secretaria, os empenhos liquidados da ASAMAS, retirava as transferências e sobrava vinte e cinco, e vinte e cinco equivalia a trinta e quatro, ou seja, estava acima de quinze, pelo menos dezanove por cento acima de quinze, e que Aplicação na Saúde era um quadro que eles faziam e acompanhavam porque o Tribunal acompanhava isso com rigor; Educação, o próximo quadro: precisava gastar com Educação, no mínimo, vinte e cinco, e que ele já estava gastando ali vinte e nove, e era o mesmo cálculo, era o mesmo setenta e cinco, quanto gastou, o valor contábil que era retido, excluía o auxílio, e sua Educação, o valor aplicado vinte e dois, que equivalia a vinte e nove, e que precisava aplicar vinte e cinco, quatro por cento acima; a seguir, o próximo quadro era o FUNDEB: disse que recebeu do FUNDEB vinte milhões, e pediu para que se lembrassem que vinte por cento iam para um fundo chamado FUNDEB, e como voltava? Em função do número de alunos, tantos alunos, cada aluno valia um x reais e ele ia passando todo mês em função daquele montante que tinha no Fundo; disse que ele já gastou praticamente tudo o que ele recebeu do FUNDEB, cem por cento, até mais, mas no caso eles se limitavam a cem por cento, e que já tinha empenhado mais porque na verdade o orçamento dele era maior, em quatro

u.

M.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

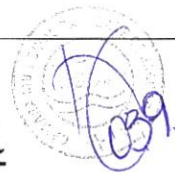


meses ele já tinha empenhado tudo, e ia até o final do ano; Magistério: no Magistério ele precisava gastar, no mínimo, sessenta por cento e que estava gastando oitenta e quatro; disse que dentro desse montante, tinha um montante que era para Magistério e que esse estava incluído nesse, e que eles não eram separados, eles eram dependentes um do outro, são interdependentes; dentro desse montante ele atendia o Magistério, ou seja, dentro disso ele ainda precisava gastar no Magistério, sessenta por cento, e ele estava gastando oitenta e quatro; o próximo quadro: Créditos: disse que sua Dívida Ativa estava em quarenta e seis, algumas alterações eram pagamentos da Dívida Ativa, e estavam, hoje, em quarenta e quatro vírgula sete, e que reduziu, um pouquinho, sua Dívida Ativa, em dezembro estava quarenta e seis, e hoje estava em quarenta e quatro; Saldo Patrimonial estava em duzentos e oitenta, aumentou os valores que foram comprados, adquiridos, máquinas, equipamentos, etc, hoje eles estavam com duzentos e oitenta e três, e que aumentou e que era natural, deveria ser natural, frisou, isso que eles estavam falando, e que ali, por enquanto estava dando certo, podia ser que a Dívida Ativa aumentasse no final do ano, e que ali tinha uma redução natural e ali tinha uma evolução positiva também natural; terminando a explanação, o Sr. Wagner Ferreira de Brito devolveu a palavra ao Sr. Presidente da Comissão, e ficava à disposição para eventuais esclarecimentos; o Sr. presidente disse que a palavra ficaria aberta para os Srs. Vereadores e para as pessoas que quisessem fazer uso da palavra, solicitou para que as pessoas que não assinaram a lista de presença, para que assinassem, porque ela seria encaminhada para o Tribunal de Contas, junto com a Ata; perguntou ao Sr. Wagner se ele tinha mais ou menos quanto estava entrando do ITBI; o Sr. Wagner disse que o ITBI tinha uma variação e que havia entrado pouquinho em janeiro, em fevereiro deu uma melhoradinha, e a última melhora foi de trezentos mil em três meses, então, no ano passado tiveram uma média de trezentos mil, e no ano atual tiveram até aquele momento trezentos mil, e significava uma evolução positiva, os investidores estavam comprando mais imóveis, estava começando a sinalizar um aquecimento do ITBI, e o último que ele viu estava em torno de trezentos mil; o Sr. Presidente disse que viu lá e achou que fosse mais, o Sr. Wagner disse que Jaguariúna chegou a ter mais de seiscentos mil no mês, o pessoal comprava bastante, o imóvel sempre foi valorizado e o ITBI sempre foi no valor do imóvel, e estava atualizado, então, ele não sabia se, de repente, as pessoas estavam fazendo mais contrato de gaveta informais ou se estavam comprando menos, então, o último mês que entrou bem, entrou trezentos e poucos; a seguir, pediu a palavra o Sr. Adilson José Abracez, que disse que gostaria de saber, se aquela explanação que o Wagner fazia, se não poderia ser feita, item por item, discutindo item por item, porque quando chegava lá no fim, ele já tinha perdido aquela entonação do começo, e ele não sabia se tinha uma regra para aquilo, como por exemplo, se ele falava da Receita, eles discutiriam a Receita, depois o gráfico, se tivessem dúvida, e daquela forma por diante, porque tinha horas em que ele estava ansioso, ele anotava alguma coisa, depois se perdia; o Sr. Presidente disse que eles poderiam estar sentando com o pessoal da Secretaria para ver alguma coisa, e com o Wagner também, uma melhor maneira para estar fazendo aquilo mas, era de praxe aquela forma; o Sr. Adilson disse que eles poderiam evoluir naquele ponto, para ficar mais detalhados, porque muitas vezes ele ficava com dúvidas; falou do gráfico de Despesas,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



tinham um mote de que o Laércio e o Tarcisio tinham sempre nos comícios, ele falava um terço para o Pessoal, um terço para a Despesa Corrente e um terço para Investimentos, e atualmente a realidade foi pulverizada, estavam com quarenta e dois por cento do Pessoal, cinquenta e cinco para manutenção da máquina, do Município e três por cento de capital que eles gostariam que fosse perto de trinta; falou de outra dúvida que ele tinha que eram Restos a Pagar de dois mil e doze, então, até dois mil e dezesseis pagaram dezoito milhões, um milhão foi cancelado e tinha um resto lá e aquela foi uma evolução que já vinha de dois mil e treze, dois mil e catorze, dois mil e quinze aquele pagamento, e, atualmente, aquela dívida estava em seiscentos mil e ele acumulava e ela ia ser sempre uma dívida de dois mil e doze, ela não entrava para dois mil e treze, e ela estava praticamente liquidada, sobrou seiscentos e, dois mil e quinze, saldo a pagar de dois milhões, foi no ano passado e já era um impacto, eles já a pagaram até dois mil e dezesseis, até o meio do ano; disse que tinha uma dívida do FUNDEB, e o Sr. Presidente pediu ao Sr. Wagner para que ele desse uma sintetizada na Dívida Consolidada e o Sr. Wagner disse que a Dívida Consolidada era de trinta e dois milhões e tinha junto da empresa chamada GROSS, nove milhões e alguma coisa, junto à Estrutural, em torno de seis milhões, era o que ele lembrava de cabeça, tinha de previdência em torno de quatro milhões, tinha um parcelamento da empresa EPPO em torno de oito milhões, tinha uns dois milhões da FAJ, e o que ele lembrava eram aqueles; o Sr. Presidente disse que já dava para ter uma idéia mais ou menos, e perguntou daqueles trinta e dois milhões, se já tinha um percentual que seria do mandato atual; o Sr. Wagner disse que dos trinta e dois milhões, eles não tinham os nove da GROSS, os seis da Estrutural, então, deveria ter uns dezessete ou dezenove do Gustavo, era o que ele chutava, e dos dezenove para trinta e dois; disse que tinha treze que era do Tarcisio, ele estava chutando também; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Gustavo Gothardo, que cumprimentou a todos e disse que naquela mesma sequência de perguntas do Bozó, tinha um saldo que era da antiga gestão, e eles viam que a grosso modo, se tivesse deixado tudo lá, estaria com a gestão em ordem, e perguntou se aquilo era tecnicamente possível; o Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que, tecnicamente, seria possível, e quando o Prefeito entrou ele chegou a pensar naquilo, no entanto, a primeira ponderação que ele fez, foi pensar que a Prefeitura deveria ter em torno de dez milhões que eram de pessoas da cidade, que prestou serviços, que prestou em boa fé, que estava quebrado em função da dívida, então ele começou a pagar aqueles pequenos, e os grandes ele usou parte de algumas áreas que ele cedeu, então, ele fez uma troca, para poder entrar no caixa, e que em torno de dez milhões, eram prestadores e muitos deles, pelo que ele sentiu, até viam no Prefeito Tarcisio, no atual gestor, uma esperança de receber aquilo que não estava recebendo no passado, então, tinham dez milhões que eram de pessoas que tinham em torno de trezentos, cento e cinquenta reais, dez mil, mil, daí deveria ter lá mais uns vinte, que eram daquelas trocas que foram feitas de áreas, das dívidas, foram negociando, foram pagando, uns dez ele pagou, dez ele tinha, e no decorrer daqueles três anos e meio, ele foi pagando; e a pergunta dele, se ele não pagasse, tecnicamente, ele poderia fazer, não queria dizer que as pessoas não pudessem entrar em juízo e buscar, aquilo levaria cinco, dez anos, como era a empresa privada, como era na sociedade comum, um estava devendo

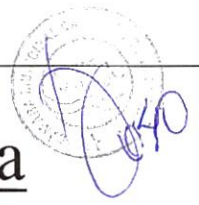
u.

M.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

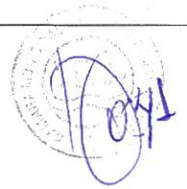


para o outro, daí acionava o juiz e ia levando, as pessoas poderiam levar, e parte daquilo que eram as grandes despesas que ele pagou, poderia não ter sido feito o pagamento, mas aquelas grandes empresas que, talvez ele não pagasse, eram empresas que tinha um relacionamento na administração e tinham prestações de serviços, como por exemplo, tinha lá o restaurante do servidor, era um grande servidor, ele foi pagando aquele restaurante do servidor, porque ele prestava um serviço regular, atendia os funcionários, também, não era da cidade, mas tinha expectativa, tinha uma relação contratual com a Prefeitura; deu um exemplo de uma empresa emblemática, uma Estrutural, que, atualmente, mantinha uma relação de contrato, ela fazia a limpeza, consertava a rua, tinha o seu valor, então, era uma empresa que na relação contratual, ele entendeu que em tendo condições, ele poderia; atualmente, existia uma dificuldade, e se não tivesse pago estaria melhor, mas se não estivesse pago aqueles pequenos, como estriam atualmente com o Prefeito? E as empresas que tinham uma relação contratual, como estariam? Perguntou se o restaurante do servidor estaria funcionando, com aqueles dois milhões que estavam devendo, será que ele estaria estruturado? Disse que ele se lembrava de alguns outros que tinham contratos altos que foram bancando, porque não queriam deixar a Prefeitura, e ele imaginava que havia uma responsabilidade do gestor de não deixar as coisas paradas, se não pagasse estaria melhor, mas ia ter de trocar a empresa, e indo um pouco mais longe, disse que daria um exemplo, de que ele iria entrar em uma licitação da Prefeitura, mudou o governo, a Prefeitura estava devendo dois milhões para o restaurante, e ia pagar? Ela estava devendo por uma questão política ou orçamentária? Mudou a situação, mudou o Governo, o dinheiro ia chover? Também, não, e ele achou que talvez tivesse esclarecido; o Sr. Luiz Gustavo Gothardo disse que a pergunta dele era mais técnica, porque se pegavam uma situação de dívida do passado, que no orçamento ficou em um valor e depois do levantamento que fizeram foi passado para eles outro valor e ele não sabia se seria aceito pelo Tribunal, mas ele sabia que aquilo era, realmente, o que se tinha de números, e chegou a cogitar um valor de cinquenta e seis milhões na época lá, ele não sabia se, realmente, tinha chegado, se ficou verdadeiro aquele numero, e o Sr. Wagner disse que ficou em cinquenta e quatro milhões e algo em torno de dois a três milhões de dívidas que não se concretizaram, daqueles cinquenta milhões trinta foram pagos e vinte estavam lá para pagar; o Sr. Luiz Gustavo Gothardo disse que era até por uma situação de administração, ficava uma dívida lá que já estava, que era consolidada, era lógico que a Prefeitura era uma entidade e ela continuava, não era a gestão, e ele também achava que tinha de pagar, o cara prestou, não tinha que criar nem muitas situações para poder embarrigar, mas ele achava que muitos pequenos dependiam daquelas verbas mas, ele, atualmente, via como uma dívida do Governo, provavelmente, ficaria uma dívida daquele que estava empurrando, realmente, vinha como lado negativo como qualquer empresa, mas como assumiam mandatos, separando aquilo, a chance daquilo também ficar negativado; o Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que não era incomum aquilo, quando trocava o governo e principalmente quando saía de uma direita para a esquerda, o governo que era antagonista, aquele que chegou, era comum que ele pedia para levantar e ficar lá e falava que se ele estivesse bem ele pagava, e enquanto ele não estivesse bem não pagaria; disse que a área



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



dele não respondia àquilo porque ela contabilizava o que foi pago ou não, porque se pagou baixava e se não pagou ficava lá, juridicamente conseguia fazer e politicamente tinha uma avaliação, que era o que eles estavam discutindo lá, e nos governos onde mudavam a gestão era comum, o pessoal segurava e levava mais tempo; o Sr. Luiz Gustavo Gothardo disse que diminuiram no último quadro a dívida de um milhão e meio para quarenta e quatro e quarenta e quatro era o que tinham atualmente de dívida; o Sr. Wagner disse que aquela dívida era um crédito que a Prefeitura tinha junto aos contribuintes e as pessoas levavam, deviam para a Prefeitura quarenta e quatro; o Sr. Luiz Gustavo perguntou se conseguiu arrecadar um milhão e meio que estava a maior, e o Sr. Wagner disse que sim; o Sr. Luiz Gustavo Gothardo disse que se fosse uma troca contábil eles poderiam falar que cobririam o caixa, mas ele sabia que aquilo era um pouco mais complicado; o Sr. Wagner disse que a dívida ativa embora apresentasse um milhão e meio de redução, ela entrava no orçamento, então contavam ela como uma receita regular, ela não apresentava como uma receita extra que poderia abater em uma outra dívida ou fazer uma praça, e ela entrava dentro do orçamento normal, como uma receita regular e iam ter uma despesa regular, ia usá-la como usava uma taxa, um ISS, faziam aquele controle porque tinham de ter, na verdade aquele era um pedido dele, ele montava os relatórios, passava para o Prefeito, e ele pediu ao Prefeito para que fizesse a glosa nas contas da pessoa e aquilo já existia, e uma outra coisa que ele tinha insistido, já há três anos pelo menos, que era uma orientação do Tribunal de Contas e o Brasil todo fazia, era o protesto, se não pagasse protestava; disse que atualmente a pessoa pagava uma Casas Bahia, um Magazine Luiza, mas não pagava a Prefeitura, porque não fazia, e uma terceira coisa que ele tinha insistido que ajudava aumentar aquilo e foi implantado, era o corte de água, e ele sempre falava para o Prefeito que o corte de água era importante, a pessoa precisava valorizar, a água de Jaguariúna era a mais barata da região; disse que o sogro dele morava em Campinas, e ele gastava menos e pagava dez vezes mais, a conta dele era em torno de trezentos, enquanto a sua era de vinte e cinco, trinta, e começou no final do ano eles conseguiram convencer o Prefeito da importância, porque o Prefeito avalia a questão política, social, e ele viu que era importante aquilo, a arrecadação de água era em torno de um milhão e duzentos, e ela foi caindo e caiu para novecentos e com a mudança, neste ano o pessoal manda a cartinha e se não pagou, ia lá e cortava, e a arrecadação melhorou em duzentos mil em dois meses; disse que ele estava presenciando no gabinete do Prefeito, na segunda ou terça feira, foi um rapaz de uma empresa lá, e ele usava muita água porque ele trabalhava em uma empresa de embalagem, ele reciclava água e mesmo reciclando ele tinha aquela utilização, ele estava devendo uma fortuna para a Prefeitura, e recebeu a notificação e eles não poderiam fazer nada, poderiam parcelar para ele, ou seja, mais uma empresa, que a matéria prima dele era a água e ele não pagava a água dele porque a Prefeitura não cortava; disse que eles tinham um detalhe e que ele ia contar mas, que não era para contarem pra ninguém, se a pessoa não pagava dentro do exercício, a Prefeitura mandava aviso para cortar, mas se não pagou nos anos anteriores, a Prefeitura mandava em juízo e a pessoa ia negociando, porque o aviso de corte era para o ano atual e as pessoas iam e pagavam do ano atual, e parcelavam do ano anterior; o Sr. Luiz Gustavo Gothardo disse que na área dele ele via



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Handwritten signature and initials in blue ink.

muito que era o IPVA, e que depois de passado um mês, o Governo já estava incluindo na dívida ativa, mandava carta, de dois mil e dezesseis já estava chegando cartas da dívida ativa do IPVA e protesto no cartório, inclusão no SERASA, realmente, mudou a fórmula; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Adilson José Abruhez, dizendo que na Receita Corrente Líquida, aqueles vinte e sete mil seiscentos e três do FUNDEB, era que eles retiraram do orçamento, reservaram do orçamento, e de todas aquelas receitas faladas tinham uma série de receita, que eles seguravam vinte por cento que deu vinte e sete milhões setecentos e três; o Sr. Wagner disse que ele tinha até uma ponderação sobre aquilo que era o seguinte; que existia uma valor que eles seguravam lá, eles contabilizavam pelo bruto e seguravam lá, e quando eles contabilizavam pelo bruto, ele entrava em Receita Corrente e quando eles tiravam ele ia lá no capital, então, se ele pegava só a receita corrente, ele estava lá bonito, a dedução ficava no final da receita, então se pegasse o balancete só pela Receita Corrente dava aquele valor grande, então, precisava fazer a dedução para poder colocar, que era o que estava na legislação; o Sr. Adilson disse que lá ele não entendia, e que a aplicação em Educação, o valor retido eram dez milhões e trezentos mil, e perguntou se perderam dezessete; o Sr. Wagner perguntou se ele estava fazendo uma comparação entre os dois, e o Sr. Adilson disse que sim, o Sr. Wagner disse, então, que lá eram dez milhões dentro do exercício e o outro era a soma dos últimos doze, ele dava quase três vezes o valor dos dez; o Sr. Adilson perguntou se aquele que ele estava lá da Receita Corrente Líquida eram os últimos doze meses, e o Sr. Wagner disse que sim, e ele estava fechando abril, ele ia correr até maio; a seguir, o Sr. Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade chamou a Sra. Maria Rita Elisa Granado – Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Jaguariúna, devidamente inscrita para fazer uso da palavra, e, a agradeceu, mais uma vez, por prestigiar a Audiência Pública; a seguir, então, fez uso da palavra a Sra. Maria Rita Eilsa Granado que desejou boa noite a todos e como Presidente do Sindicato, logicamente era iria perguntar sobre a folha de pagamento; estavam em quarenta e dois por cento, ela gostaria de saber se naquele quarenta e dois por cento, por exemplo, tinha um prestador de serviço, um médico que havia necessidade, tinha uma empresa, emitia uma nota fiscal, ela gostaria de saber se aquela nota fiscal de prestação de serviço entrava na parte de Pessoal, era a primeira pergunta; pediu a palavra o Sr. Wagner Ferreira de Brito dizendo que naquele relatório, especificamente, em que ela estava vendo ele entrava, naquele relatório entrava; voltando a palavra à Sra. Maria Rita Granado ela disse como estavam com uma dívida que já tinha sido falada, às vezes, será que aquele médico, prestador de serviço na atual conjuntura era necessário na área em que ele foi contratado? Porque ela sabia que o Ginecologista era super importante, Pediatra, Clínico e demais, existia uma análise na atual conjuntura em que estavam passando, será que estavam tendo uma análise, realmente, aquele profissional era necessário, era um ponto de interrogação; outra pergunta era referente que, mais uma vez, o Município não pagou as horas extras até o quinto dia útil, a pergunta que ela fazia era quanto estava a folha de pagamento de hora extra, a média, por mês; o Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que na primeira pergunta sobre necessidades profissionais, na estrutura da Prefeitura, o Prefeito tinha o Secretário e cada Secretário tinha uma



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo

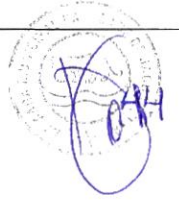


função de avaliar a necessidade de contratação ou não daquele profissional, poderia ser que, de repente existisse relativos excessos em algumas áreas, mas assim, a pessoa que era da área conhecia o sistema, conhecia como funcionava, passava, poderia haver questionamentos mas, em tese, era ele e cabia a ele o convencimento do Prefeito, ele falava que era aquilo e que iria nascer e era importante; aquela avaliação vinha do Diretor e do Secretário, ele acreditava que sempre havia imperfeições tanto de Secretário como Diretor mas, num primeiro momento, era aquilo que tinha e ele, pessoalmente, era leigo para avaliar se a contratação de enfermeira era de legítima, não legítima mas, assim, importante naquele momento, naquele Posto, naquele lugar, naquele horário ou se não era; eles confiavam no plantel de profissionais que o Prefeito tinha escolhido para que ele pudesse eleger a necessidade profissional; na segunda pergunta qual era o montante da hora extra, lá ele tinha até uma manifestação, no momento estava em torno de seiscentos e cinquenta mil de hora extra, era um valor considerável; naquele momento a Sra. Maria Rita Granado perguntou se era mensal? O Sr. Wagner Ferreira de Brito disse que era um valor de seiscentos e cinquenta mil, do último mês era de seiscentos e cinquenta mil, era um valor considerável, um valor importante que acabou ocorrendo atraso; na noite anterior o Sr. Wagner Ferreira de Brito tinha passado uma informação para o Prefeito que tinha ligado a noite na casa dele e que, no dia seguinte tiveram uma reunião, estava ele, o Fernando, o Rodrigo de Credo e o Prefeito e, naquela reunião, ele foi até lá para alertar o Prefeito daquela situação; disse, ainda, que, na crise financeira, na visão dele ela tinha três fases; a primeira fase era quando tinha uma dificuldade orçamentária, tinha o Orçamento de cem e tinha que começar a fazer ajuste, precisava de mais RPA aqui, mais professor lá, profissional da Saúde lá, professor da Escola das Artes, não estava no Orçamento, não estava previsto, mas tinha que fazer adequações, ia ajustando; ele estava ajustando um Orçamento que tinha variação de sessenta milhões a mais para poder gastar; então, quando ele tinha dificuldade Orçamentária já era um sinal de que as coisas não iam bem, mas, ainda ele tinha dinheiro, janeiro estava lá o IPVA, IPTU fevereiro, março IPVA, também, então não tinha problema concreto, tinha problema contábil, mas aquele problema contábil deveria acender a luz amarela do Gestor e aquilo fazia sempre, todo mês fazia e faziam aquela parte que era ir até lá e falar o motivo e qualquer motivação da luz amarela e era aquilo e começaram naquele ano em abril, era muito pouco e começaram a ter problema contábil em junho; agora em abril, tinha adiantado dois meses, não era normal; a segunda fase, a primeira fase era problema Orçamentário, a segunda fase era o seguinte, era quando não tinha problema de Orçamento, ele tinha problema de caixa, o problema de caixa era mais grave; enquanto tinha problema de Orçamento, ele tinha dinheiro, quando tinha problema de caixa ele não tinha dinheiro, daí tinha que fazer uma administração onde pulverizava, pingava para alguns fornecedores, não permitia que a Prefeitura parasse e pagava algumas despesas que eram institucionais, por exemplo, Jaguar Prev, salário, hora extra, consignado de pessoas, precatórios, algumas coisas que eram estratégicas para que o Prefeito não fosse prejudicado porque se não dava improbabilidade administrativa, segurar dinheiro era improbabilidade administrativa; a terceira fase, que era o que preocupava, era quando começava a pensar para pagar despesas adicionais como sindicato, como hora extra, um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



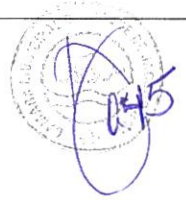
possível atraso no salário ou um ponto de interrogação, por exemplo, no décimo terceiro será que teria, se estava tendo dificuldade num mês sem o décimo terceiro como iria pagar o décimo terceiro? A fase era aquela, Orçamentária, dificuldade financeira e risco concreto e grave ao Prefeito, não fechar as contas no último ano era crime, era diferente, não era só a Responsabilidade Fiscal que tinha fechado no azul, a Câmara aprovava ou não aprovava, ia para a cadeia, se não soubesse trabalhar era crime, ou pagava sexta básica, até quatro anos pagava sexta básica; então, quando começava daquela forma e pelo que estava sendo avaliado o risco daquilo acontecer era muito grave, era para ter pago o Sindicato e não tinha conseguido pagar, o Jaguar Prev já era para ter feito o pagamento e estava atrasado, quando se corria o risco de não ocorrer o pagamento, e Despesa institucional e imprescindível, era a hora de fazer alguma coisa, ele foi lá e aquilo que ele estava falando foi exatamente o que foi falado na reunião pela manhã; ele falou com o Prefeito, falou com o Secretário do Jurídico, com o Secretário de Finanças, e disse que a situação era mais grave do que se imaginava, ele estava alertando a dificuldade, mas quando começava a pensar para pagar alguma coisa com um dinheiro que tinha segurado, era improbidade, se não pagasse um precatório iria ter problema, se atrasasse a ASAMAS teria greve lá, se atrasasse pagamento o pessoal poderia fazer uma greve, ele não sabia, ele não estava mais mexendo com fornecedores, como transporte, sexta básica, dava atrasadinha ali e ameaçava lá, já tinha mudado, a preocupação dele já tinha mudado, ele não estava mais na fase dois, estava na fase três e na fase três ele levou para o Prefeito e ele levou um susto onde ele pegou a Whatsapp e escreveu inteirinho e foi montado uma reunião para o Prefeito passando em detalhes a preocupação dele e, na segunda-feira, tinha uma reunião com o Secretário para tentar ver o que iria fazer, ele não iria adiantar quais seriam as possíveis soluções porque dependia dele mas, assim, algumas eram gravíssimas, gravíssimas, ele nem sabia se iria conseguir implantar porque eram pesadíssimas, mas era assim, boa vontade ele tinha demonstrado de querer resolver e ele ficava à disposição para ajudar, ele não sabia se o discurso dele tinha sido muito tranquilo e, de repente, na reunião passava dificuldade e ficava meio na oratória, segurar hora extra, reduzir aquilo, ele não via aquilo concretamente acontecer, pelo contrário, quando ele falou que era hora extra era quatrocentos e cinquenta, foi para quinhentos, quinhentos e cinquenta, seiscentos, seiscentos e cinquenta; então, era daquela forma, ou precisava acordar o Secretário e dar uma chacoalhada ou faria na caneta; ele sugeria que fosse na caneta, se não tivesse o Decreto não teria hora extra, não fazia hora extra, ninguém falou que não tinha; ele fazia parte da Sindicância e falaram que tiraram foto do carro na frente do Restaurante do Servidor, não podia ir com o carro até lá, ele devolveu o processo dizendo que queria a norma, quem disse que não poderia trabalhar com o carro e qual era a seção, se era motorista de ambulância, ninguém tinha mandado a norma, ficaram quietinhos, então, ele ia arquivar aquilo porque não iria colocar ninguém, porque se não tinha norma; disse que existia uma preocupação, aquilo foi levado para o Prefeito e ele ficou, ele percebeu, preocupado com a situação, tanto que ele não pode atender o Prefeito quando foi passado a mensagem foi chamado os dois e ficaram até oito horas da noite conversando tentando ver uma solução, foi deixado algumas soluções, algumas propostas e que no dia seguinte ele

su.



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

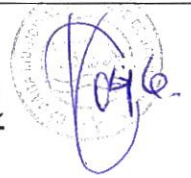


passaria, era aniversário do filho dele, não poderia ir à noite lá, fazia aniversário uma vez ao ano e tinha cinco anos e ele precisava levar o bolo e o refrigerante, não tinha jeito, tinha que aguardar até a segunda pela manhã; ele foi pela manhã e se reuniram com os três, ele passou lá, já começaram a segurar a hora extra no mês passado, já pagaram uma semana depois a hora extra; então, era assim, quando existia risco de algumas coisas que iriam trazer improbabilidade, era para imaginar se não pagasse consignado de funcionário, ele descontava do funcionário e não pagava consignado, aquilo era colapso porque o banco descontava da pessoa, mas já tinha descontado do salário ia lá e descontava de novo, não queria nem saber; disse ao Prefeito que tinha que tomar uma solução urgente e séria e ele tinha se mostrado solícito e, no entendimento dele, ele tinha entendido a gravidade da situação e que na segunda iriam sentar para tentar resolver, eram medidas que não sabiam se iriam implantar todas de uma vez ou se progressivamente; mas era assim, era interessante, uma das medidas ele chegou a conversar com uma funcionária dele, a funcionária estava torcendo para fazer a medida mas, como tinha que fazer a lição de casa, não podia, ninguém queria perder, ninguém queria perder contato, salário reduzido, ninguém queria fazer nada, estava todo mundo numa situação confortável; ele chegou a ouvir, ele estava falando até demais, ele chegou a ouvir que sabia que não tinha dinheiro mas precisava comprar, ele falou ao Prefeito que aquilo era um caos, era o descrédito da Administração até para os próprios funcionários, a pessoa precisava comprar mesmo sem ter o dinheiro, não existia aquilo, na visão dele e não funcionava, ele falou não e não e foi parado todos os projetos, parou tudo que estava andando, não iria crescer nem mais uma agulha pelo que foi falado para ele, cabia ao Gestor tomar as decisões para colocar de novo nos trilhos e que era um pouco diferente deste ano para o ano passado, se ele tinha o problema ano passado, não era o último ano, se não fechava no azul não era crime, ia trabalhando com fornecedores, tinha mais tempo para trabalhar, era o último ano, então aquilo foi a reunião; ele entendia que estava na terceira fase da Administração da Receita e da Despesa e aquela terceira fase precisava de uma atenção especial do Gestor, ele precisaria tomar providência; a Sra. Maria Rita Granado disse que, diante do que havia sido exposto, ela sempre falava o seguinte, entre os colegas, a população, ela sempre falava que a Prefeitura era "nossa", era a única empresa que não saía do lugar e, se não cuidassem dela, quem iria cuidar? ela era deles; o Sr. Prefeito, Sr. Tarcísio, havia soltado, ela achava que era nesse ano, não conseguia se lembrar, era um Decreto que ele havia pedido vinte por cento de redução dos gastos nas Secretarias, aquele Decreto ela havia achado muito importante, ele estava no quadro de avisos dela até no momento, estava lá, não tirou e sempre procurava mostrar para os funcionários a importância dele; agora ela perguntava: será que todos se uniram para ajudar a diminuir vinte por cento que vinha do Secretário, Encarregado até chegar nos funcionários? Ela conversou com vários funcionários a respeito porque tinha achado que aquele Decreto era muito importante na atual crise e ela perguntou se eles conheciam aquele Decreto que pediram "ah! a minha superiora falou que eu tenho que economizar." Mas, ninguém havia falado o porquê, tinha que economizar se não ia atrasar isso, iria deixar de ter remédio; ela perguntou ao Wagner Ferreira de Brito como estava a união daqueles que o Prefeito tinha dado oportunidade, onde estava a cumplicidade dos



Câmara Municipal de Jaguarina

Estado de São Paulo

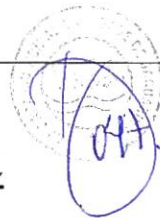


pares na atual conjuntura, aquele Decreto no ponto de vista dela ele não estava sendo respeitado; disse que ela gostava daquela área de finanças, gostava de números, gostava daquilo ela tinha certeza que poderiam, se houvesse uma união, um esclarecimento para os funcionários, ela acreditava que poderiam economizar bastante, principalmente, em materiais, lápis, borracha, para que estocar? Disse que chegou a ver cinco durex largos, já todos tortos porque estavam estocados e estavam pedindo mais, então não era falta de ensinar, de explicar; às vezes, ela via as pessoas dizendo para economizar, não, não ia porque fulano, superior a ela não estava dando exemplo; como o Wagner era da parte das Finanças e demais Vereadores deveriam prestar mais atenção naquele Decreto do Prefeito e dar mais respeito àquele Decreto; não adiantava a boa vontade de uma pessoa só, tinha que ter a boa vontade de quase duzentos, melhor dizendo, quase dois mil funcionários e ela sabia se não corresse atrás, como ela havia falado numa reunião no Jurídico, ela não sabia se ele estava presente, eles iriam para o brejo, iria ficar feio, ela sabia que iria ficar feio, mas muitas pessoas não; disse também o que o Luis Gustavo Gothardo havia perguntado sobre a Despesa do Gestor anterior, infelizmente, muitas pessoas não acreditavam naquilo e aquilo, às vezes, acarretava naquele que queria deixar as coisas em dia, então, eles deviam pensar mais, se unir e aquele Decreto ser melhor esclarecido, "ah! o Prefeito não pode estar em todos os lugares." mas tinham vídeo, gravavam com vários funcionários e passavam ele mesmo falando e pedindo, economizar por causa daquilo e daquilo, ela achava que faltava mais esclarecimento para as pessoas colaborarem mais, agradeceu; o Sr. Presidente da Comissão, Luiz Carlos de Campos agradeceu pela observação que ela tinha feito e ele tinha certeza que o Wagner Ferreira de Brito, segunda-feira estaria reunindo com o Prefeito e estaria passando isso, eles sabiam que era importante e que aquelas coisas eram questões de cultura também, iam aprendendo com o tempo, ele brigava em casa por causa de energia elétrica, acendia as luzes e iam apagando atrás, ele até falava quem apagava era quem pagava; então, às vezes, a pessoa tinha que pensar, como ela havia falado, era das pequenas coisas, que sabiam, iam se avolumando e, às vezes, no final, formava uma coisa grande que seria revertia mesmo para os servidores e para a população; então, ele achava importante e que, na segunda-feira, o Wagner estaria passando aquela observação; a Sra. Rita Granado disse, ainda, que aquilo era mais um desabafo, porque era triste ver a empresa entrando na situação que estava, agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Vereador Adilson José Abracez que agradeceu o Wagner Ferreira de Brito, principalmente, por aquela parte que era de competência dele, tinha que fazer aquilo mesmo, era do controle dele, tinha que alertar o Prefeito, estava alertando, era a obrigação dele, o Prefeito, eles brincavam, era um "Bicho Político", queria dizer, a democracia não elegia um Gestor só, ela elegia o político, só o Gestor não chegava na Prefeitura, só o político não era interessante para a Prefeitura, tinha que ser um Político Gestor, não precisava ser político para chegar lá e ter a cultura e o conhecimento, a vontade de transformar e fazer e na dificuldade a coisa era pior; a Rita tinha falado um pouco de cada um, era importante, todo mundo sabia daquilo, que era muito importante mas, vindo de uma ordem decrescente, queria dizer, o mais importante era o Prefeito e, também, certas atitudes dele geravam gastos e ele dizia até, o "Bicho Político", não conseguia escapar porque tinham reeleição, não só eleição como



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



reeleição e daí começava a ter aquele problema, não podia deixar de fazer uma festa porque tinha um problema que era cultural, era isso, era aquilo, mas também político; o Prefeito tinha deixado de fazer a festa de São Sebastião, melhor dizendo, a Cavalaria; tiveram na segunda-feira da Saúde que foi na segunda, eles tiveram lá, só para esclarecer, só a Secretaria de Saúde já teve um gasto com o Programa do Márcio Atalla de cento e setenta mil, e tinha outras Secretarias envolvidas, ele tinha uma idéia que aquele Projeto custaria mais de milhão, era um projeto importante, era bom e tudo, mas era assim, você poderia comprar um Fiat ou uma BMW, se pudesse comprava uma BMW porque era boa pra caramba e durava, mas se não pudesse comprava o Fiat que andava do mesmo jeito; então, era a hora de ele ter falado aquele não e outros não de outras festas e outras coisas que, também, passaram por ele e não tinha conseguido falar não e, no momento, ele teria que falar um não, um não tão grande que doeria muito mais; disse que eram muitos não e no momento era um não, porque seria não, seria não, não tinha outro jeito, teria que falar, não, não, não e não, era abrupta, uma coisa de repente, como estavam falando, começava o Prefeito, ele que tomava as decisões que liberava, passava pelos Secretários, os Secretários eram os olhos e as mãos do Prefeito, o Secretário, então, teria que ser fiel, uma fidelização com o Prefeito porque estava lá para aquilo e fiel com os princípios dele, porque estava lá para colaborar, era uma oportunidade muito grande participar de uma Administração Pública; então, tinha que ter aquela vontade, também, dos Secretários e depois caindo para os Diretores era lógico, a conscientização natural que a Rita tinha falado, aquela empresa não mudava de lugar, ela não ia embora, ela não mandava, fácil, pessoas embora, não demitia facilmente, então, era para cuidar dela, muitas vezes não queriam perder dez por cento e poderia perder muito mais, daí entrava uma greve, não tinha pagamento; já tiveram os municípios vizinhos, Americana, que tinha sido um caos, município de Paulínia, riquíssimo, com dificuldade; ele achava que, desde o ano passado, desde o começo do ano passado tinha ficado claro aquela crise, ficou claríssimo, aquilo ele sentiu na vida particular e na empresa dele, ele sentiu, era assim também, o Prefeito tinha que, também, tirar mas, era difícil, ele sabia, mas no momento tinha que fazer, era triste para eles porque teria dificuldades muito maiores ainda do que estavam vendo; então, ele ficava preocupado, disse ao Wagner Ferreira de Brito e ficava agradecido dele falar com toda a sinceridade, porque ele conhecia os números, muitas vezes um relatório não dava tanto, porque ele via a frente e era uma obrigação dele e ele tinha que fazer aquilo mesmo e ele acreditava no caráter do Prefeito de ter aquela responsabilidade, mas demorava um pouco, tinha aqueles cidadãos que iam lá, aquela empresa que ia lá falar com ele, o Prefeito era um homem que tinha que falar não o dia inteiro; na verdade ele tinha que falar com o Vereador, aí o Sindicato e assim por diante, e era duro, era não, não e não, aborrecia; disse que ele achava que aquela Audiência Pública, ele acreditava que era uma das Audiências Pública mais importante que tiveram, ele achava que tinha tempo de trabalhar muito ainda, até o fim do ano tinha muitos meses ainda, mas tinha que ser com uma seriedade muito grande, eles da Câmara iriam dar a participação, como sempre deram, devolvendo dinheiro e tinha que fazer de tudo para quando chegasse no fim, chegasse bem, não para o Prefeito, mas chegasse bem para Jaguariúna, certo? Agradeceu; naquele momento o Sr. Presidente da

W.

M



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão perguntou se tinha mais alguém, mais alguma pergunta e só para complementar disse que viram naquele ano coisas que eles não tinham visto, viram no Rio Grande do Sul as dificuldades, no Rio de Janeiro as dificuldades dos servidores aposentados que recebiam mais de dois mil reais, sabe “oh, você vai receber.” Todo mundo tinha o compromisso dele, então, eles sabiam que nenhum Gestor gostaria que chegasse aquele ponto, por isso tinha que tomar as medidas para que, já tiveram uns exemplos, a coisa estava difícil, realmente, cada um tinha que dar a contribuição, a Câmara, o Adilson era Presidente e a Câmara sempre dava a contribuição até os Presidentes que passavam por lá tinham a mania, o apelido de “mão fechada” e tinha que ser daquela forma, o dinheiro público tinha que ser com responsabilidade e a Câmara tinha o Orçamento dela e não era porque entrava aquele dinheiro que a Câmara tinha recebido que iria gastar de qualquer maneira, tinha que gastar com responsabilidade ainda mais num momento daquele; a Câmara sempre teve a participação dela com a colaboração e eles sabiam que não deixaria aquilo de lado, principalmente, num momento daquele; o Sr. Presidente da Comissão perguntou ao Wagner Ferreira de Brito se tinha mais alguma coisa, como não tinha mais nada a declarar o Presidente da Comissão agradeceu aos Vereadores que vieram, as funcionárias da Câmara e até a próxima se Deus quisesse e que tivessem um bom feriado e era para economizar em casa que a coisa estava difícil, e encerrou a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade.


Vereador Luiz Carlos de Campos
Presidente

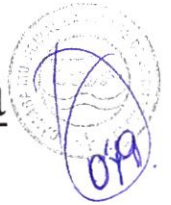

Vereador Luiz Gustavo Gothardo
Vice-Presidente


Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Secretária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Jaguariúna, 7 de junho de 2016


Ao Senhor
Vereador Adilson José Abruhez
Presidente da Câmara Municipal

Nesta

Senhor Presidente,

Solicitamos os bons ofícios de Vossa Excelência, no sentido de encaminhar ao Senhor Chefe do Poder Executivo Municipal uma cópia autenticada pela Secretaria desta Casa, da Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2016, acontecida no dia 25 de maio de 2016, nesta Câmara Municipal.

Atenciosamente,

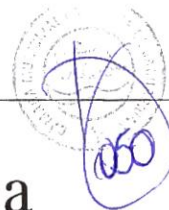

VEREADOR LUIZ CARLOS DE CAMPOS
Presidente da Comissão Permanente de
Orçamento, Finanças e Contabilidade

PROTOCOLO	
Nº de Ordem	491
Fla Nº 004	Livro Nº 034
08/06/2016	
SECRETARIA	



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo



Jaguariúna 8 de junho de 2016

Ofício n.º 288/2016.-PRE

Senhor Prefeito

Atendendo solicitação do Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade (cópia anexa), passamos às mãos de Vossa Excelência cópia da **Ata da Audiência Pública para avaliação do cumprimento das Metas Fiscais da Prefeitura Municipal de Jaguariúna – 1º Quadrimestre de 2016**, realizada aos 25 de maio do corrente, por esta Casa de Leis.

Limitados ao exposto, apresentamos a Vossa Excelência os nossos reais protestos de elevada estima e distintíssima consideração.


VEREADOR ADILSON JOSÉ ABRUCEZ
Presidente

À Sua Excelência o Senhor
Tarcisio Cleto Chiavegato
Prefeito Municipal
Jaguariúna – S.P.

